



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dr. José Pedro Aguiar-Branco
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

E-mail:
requerimentos.perguntas@ar.parlamento.pt

Lisboa, 15 de maio de 2024

Of.º N.º SAI-ERC/2024/3752
(Protocolo e E-mail)

V.º Ref.º

N.º Ref.º
100.20.01/2024/5
EDOC/2024/3262

Assunto: Resposta ao Requerimento do partido Bloco de Esquerda n.º rq1 / xvi / 1ei sobre informações relativas à aquisição dos jornais "Sol" e "i" e às suas alegadas ligações a fundos associados ao Governo da Hungria e ao partido de Viktor Orbán

Exmo. Senhor Presidente,

Acusamos e agradecemos a receção do requerimento supramencionado, que deu entrada na ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), no dia 16 de abril, o qual mereceu a nossa melhor atenção.

A ERC vem pelo presente dar resposta às seguintes questões suscitadas:

1: A ERC tem conhecimento da alegada interferência do Governo húngaro e de pessoas ligadas ao partido de Viktor Orbán na compra da Euronews?

A questão suscitada de uma "alegada interferência do Governo húngaro e de pessoas ligadas ao partido de Viktor Orbán na compra da Euronews" foi objeto de notícia em órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros desde o anúncio do interesse da ALPAC Capital

pela aquisição da Euronews, em dezembro de 2021, tendo posteriormente suscitado reações de atores políticos ao nível das instituições europeias, sobretudo após a autorização da operação por parte do Governo da República Francesa, em junho de 2022.

O Euronews é um serviço de programas de vocação internacional com sede em Lyon, em França, não se encontrando assim sob supervisão e fiscalização do Conselho Regulador da ERC.

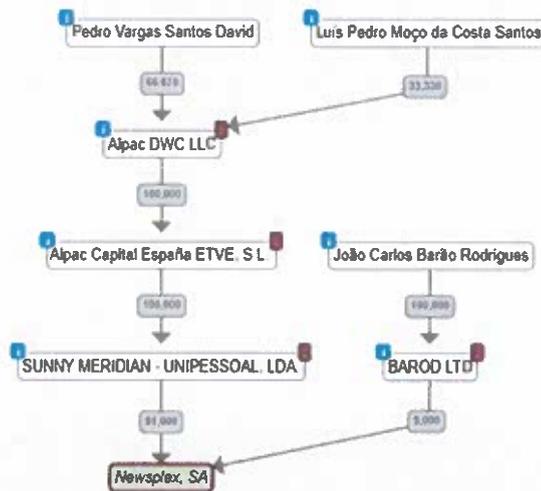
Não se encontrando o Euronews sob jurisdição do Estado português e não dispondo esta Entidade de poderes de investigação a nível transfronteiriço, a ERC tem naturalmente o conhecimento público das notícias publicadas sobre o assunto, mas não dispõe de informação qualificada sobre a matéria em apreço que pudesse eventualmente partilhar neste âmbito.

2. A ERC tem conhecimento de interferências que o Governo húngaro e de pessoas ligadas ao partido de Viktor Orbán possam ter tido na compra dos jornais “Sol” e “i”?

Na sequência da resposta à questão anterior, a ERC não dispõe de poderes de investigação judiciais de nível transfronteiriço que lhe permitam levar a cabo procedimentos com vista a aferir da existência de alegadas interferências que “o Governo húngaro e de pessoas ligadas ao partido de Viktor Orbán possam ter tido na compra dos jornais ‘Sol’ e ‘i’”.

No exercício das suas competências de regulação e supervisão, mais precisamente no âmbito da aplicação da Lei n.º 78/2015 (Lei da Transparência), de 29 de julho, cumpre à ERC informar que as publicações periódicas “Nascer do Sol” e “i Inevitável” são propriedade da empresa jornalística Newsplex S.A. (Newsplex), sendo a seguinte a estrutura do capital social desta sociedade:

Legenda
■ Detém diretamente OCS



Fonte: ERC - Portal da Transparência. Data: 18/04/2024

Detalhando um pouco a informação supra, note-se que a Sunny Meridian é detida a 100% pela Alpac Capital España ETVE, S.L., que tem sede em Madrid, Espanha, e que é por sua vez detida, também a 100%, pela Alpac DWC LLC, que tem sede no Dubai.

Os beneficiários efetivos da Newsplex encontram-se identificados: Pedro Vargas Santos David (com 60,67% do capital e direitos de voto), Luís Pedro Moço da Costa Santos (com 30,33% do capital e direitos de voto) e João Carlos Barão Rodrigues (com 9% do capital e direitos de voto).

3. Que medidas irá tomar a ERC para o esclarecimento desta situação e para impedir interferências obscuras, através de fundos pouco transparentes, na imprensa portuguesa?

Na sequência das últimas informações vindas a público a que se refere o requerimento do Bloco de Esquerda, a ERC desencadeou de imediato diligências para verificar o cabal cumprimento das obrigações legais da transparência pela Newsplex, entidade que prossegue

diretamente atividades de comunicação social sob jurisdição do Estado português e está sujeita àquele regime jurídico.

Por sua iniciativa, a Newsplex remeteu à ERC, no dia 17 de abril, informação relativa à estrutura da propriedade da sociedade (cfr. anexo 1). Após verificação dos elementos transmitidos, a ERC concluiu que a Newsplex cumpria parcialmente a Lei da Transparência e respetiva regulamentação.

Posto isto, a 22 de abril de 2024, a ERC notificou a Newsplex por reporte incompleto de informação na Plataforma da Transparência, designadamente:

- i) Ausência de inserção do relatório anual de governo societário relativo ao exercício de 2022;
- ii) Ausência de inserção dos mapas do Balanço relativos aos exercícios de 2020 e 2021;
- iii) Determinação se, relativamente ao ano de 2022, deveriam ou não ter sido reportados Clientes ou Detentores de Passivo Relevantes.

Foi ainda solicitada a confirmação sobre a correta designação da empresa “Alpac Capital España ETVE, S.L.” (cfr. Ofício SAI-ERC/2024/2888 - anexo 2).

A Newsplex deu resposta ao pedido da ERC no dia 9 de maio de 2024 (cfr. anexo 3).

A 10 de maio de 2024, a ERC constatou que as faltas anteriormente apontadas à Newsplex foram sanadas, incluindo informação relativa à inserção de Clientes e Detentores de Passivo Relevantes.

Quanto à exata designação das empresas proprietárias inseridas na Plataforma da Transparência, subsistiram dúvidas, pelo que a ERC voltou a notificar a Newsplex, a 10 de maio do corrente, encontrando-se a aguardar resposta (cfr. ofício SAI-ERC/2024/3438 - anexo 4).



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Com os melhores cumprimentos,

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGULADOR,

HELENA SOUSA

Junta:

1. Esclarecimentos prestados por iniciativa da Newsplex a 17 de abril de 2024;
2. Ofício SAI-ERC/2024/2888, de 22 de abril;
3. Resposta da Newsplex de 9 de maio de 2024;
4. Ofício SAI-ERC/2024/3438, de 10 de maio.

HS/AF

Av. 24 de Julho,58 • 1200-869 LISBOA • Tlf. +351 210 107 000 Fax +351 210 107 019 • info@erc.pt www.erc.pt

Maria Manuel Bastos

De: Fátima de Oliveira Esteves <foe-11099l@adv.oa.pt> em nome de Fátima de Oliveira Esteves
Enviado: 17 de abril de 2024 20:13
Para: 'Info (Expediente)'
Assunto: Newsplex, SA - esclarecimentos/estrutura societária
Anexos: Requerimento Newsplex.pdf; Doc 1 a 8 Estrutura societária.pdf
Assinada por: foe-11099l@adv.oa.pt

Exmos. Senhores,

Na sequência da divulgação na Comunicação Social, da notícia de que a ERC "está a investigar o cumprimento das obrigações legais de transparência", relativamente à Newsplex, SA, proprietária das publicações "Nascer do Sol" e "I- Inevitável", para esclarecer eventuais dúvidas, anexo requerimento e respectivos documentos, sendo o original remetido por correio.

Verifiquei agora, que no Portal da Transparência não estavam actualizadas as percentagens do capital social de cada uma das accionistas, o que se deveu a um erro na inserção dos dados, o que lamento e me penitencio.

Grata,

Fátima de Oliveira Esteves
ADVOGADA
Responsabilidade Limitada
CP 11099 L
NIF 183868773
Rua Marquês da Fronteira, nº 117, 1º esq.
1070-282 Lisboa
Tel: 218 265 550/Fax: 214 010 515
Telm: 918803531; e.mail: foe-11099l@adv.oa.pt



Fátima de Oliveira Esteves
advogada

**ENTIDADE REGULADORA PARA A
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Exmo. Senhor Presidente da Direcção Executiva,

NEWSPLEX, SA, com o número único 513766073, de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial, com sede no Tagus Park, Núcleo Central, Sala 371, 2740-122 Porto Salvo, proprietária dos Títulos 125004 e 125624, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

Na sequência da divulgação na Comunicação Social, da notícia de que a ERC "estar a investigar o cumprimento das obrigações legais de transparência", relativamente à Requerente, proprietária das publicações "Nascer do Sol" e "I- Inevitável", desde já informa, que está disponível, seja através dos membros dos Órgãos Sociais e/ou Accionistas, para prestar quaisquer esclarecimentos que entendam como úteis.

Na verdade, toda a informação relativa à estrutura de propriedade da Requerente, foi atempadamente fornecida a essa Entidade.

Contudo, dentro da mesma vontade de transparência e colaboração, requer-se a junção de toda a documentação relativa à estrutura accionista da Requerente, bem como, o registo do Beneficiário Efectivo.

Para maior clareza na análise da estrutura de propriedade da Requerente, requer-se, também, a junção de quadro com a respectiva estrutura accionista.

Rua Marquês da Fronteira, n.º 117, 1.º esq.
1070-292 Lisboa
tel: 218 265 550
fax: 214 010 515
tm: 919 803 501
email: foe-11059@adv.on.pt/foe@sapo.pt



Consciente do dano reputacional que estas notícias provocam sobre os jornais “Nascer do Sol” e “I-Inevitável”, solicitamos à V. Exas. que, em termos similares, divulgue os resultados da sua investigação sobre eventuais irregularidades, que desde já se consigna que são inexistentes, no cumprimento destas obrigações legais.

Junta: 8 documentos e procuração forense.

A Advogada,

Fátima de Oliveira Esteves
ADVOGADA
Responsabilidade Limitada
CP 11099 L
NIF 183968773
Rua Marquês da Fronteira, nº 117, 1º esq., 1070-292 Lisboa
Telefone: 218265550; fax: 214010515; e.mail: foe-11099L@adv.oe.pt



Fátima de Oliveira Esteves
advogada

CERTIDÃO

A abaixo assinada e identificada **FÁTIMA DE OLIVEIRA ESTEVES**, no pleno exercício da sua profissão e gozo dos seus direitos profissionais, tendo escritório na morada infra referida, nos termos do disposto no artigo 38º do **DECRETO-LEI Nº 76-A/2008 de 29 de Março**, **CERTIFICA** que a presente fotocópia foi extraída do respectivo original, estando com ele conforme, e consta de uma folha, na qual foi aposta a rubrica da signatária.

Nos termos do disposto na Portaria 657-B/2006 de 29 de Junho, declara-se que a presente certificação foi objecto de registo informático na Ordem dos Advogados e recebeu o nº 11099L/1644.

Lisboa, 16 de Abril de 2024

A Advogada,

Fátima de Oliveira Esteves
ADVOGADA
Responsabilidade Limitada
CP 11099 L
NIF 183868773

Rua Marquês de Fronteira, nº 117, 1º esq., 1070-282 Lisboa
Telefone: 218265550; fax: 214010515; e-mail: foe-11099L@adv.oz.pt

Rua Marquês de Fronteira, nº 117, 1º esq.
1070-292 Lisboa
tel: 218 265 550
fax: 214 010 515
tm: 919 803 531
email: foe-11099l@adv.oz.pt/foe@sapo.pt

62

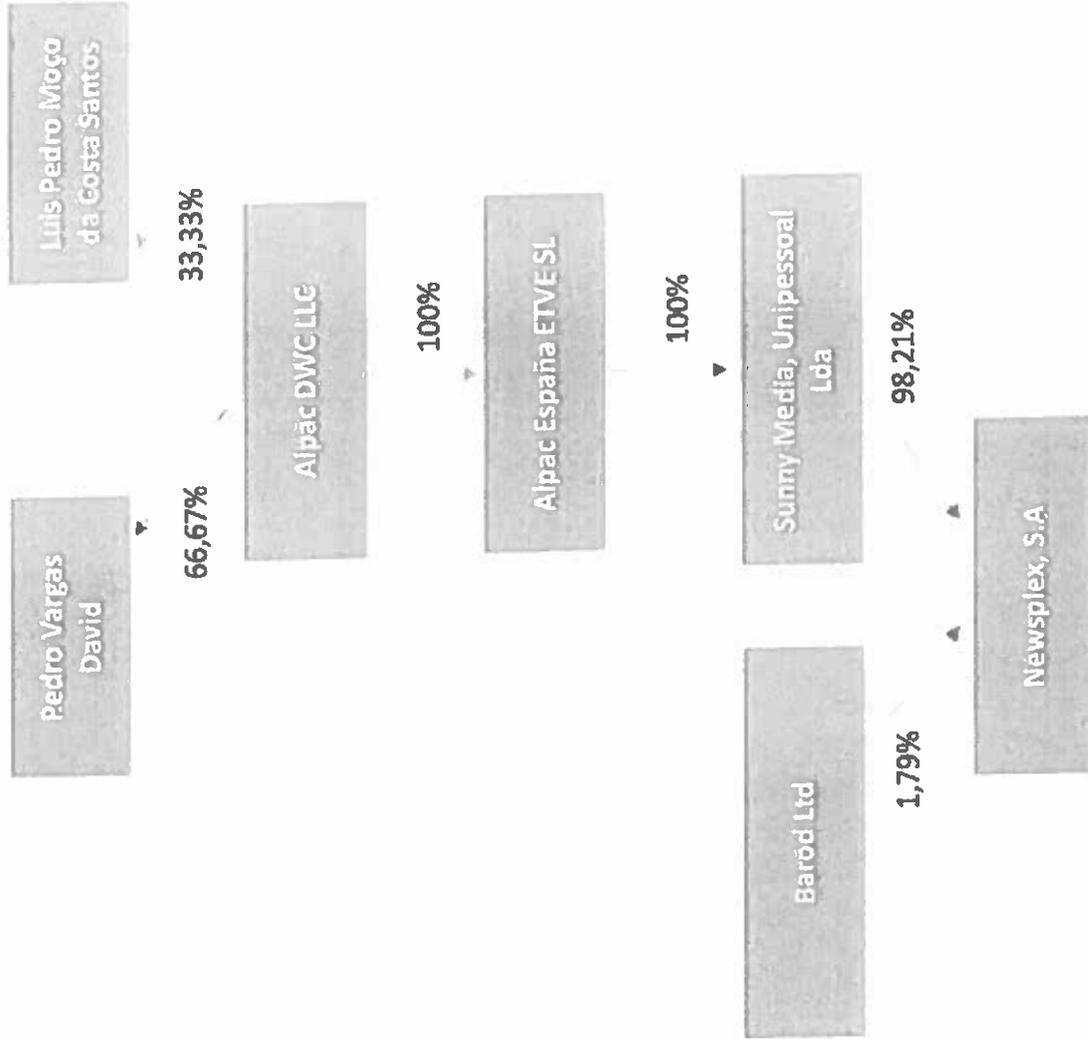
PROCURAÇÃO FORENSE

NEWSPLEX, S.A., sociedade anónima, com o capital social de 755.020 euros, com sede no Tagus Park, Núcleo Central, Sala 371, 2740-122 Porto Salvo, com o número 513766073, de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial, neste acto representada pelo seu administrador JOSÉ MANUEL MACHADO SALDANHA BENTO, constitui sua bastante procuradora a Sra, Dra. Fátima de Oliveira Esteves, Advogada, com domicílio na Rua Marquês da Fronteira, nº 117, 1º esq., 1070-282 Lisboa, à qual confere poderes forenses gerais, incluindo os poderes de substabelecer.

Porto Salvo, 4 de Maio de 2023

NEWSPLEX, SA
NIF/NIPC: 513766073
Tagus Park, Núcleo Central
Sala 371, Porto Salvo
2740-122 Oeiras

Estrutura societária



[Voltar](#) [Sair](#)

Certidão Permanente

Código de acesso: 2145-0266-5554

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

NIPC: 513766073
Firma: NEWSPLEX, S.A.
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÓNIMA
Sede: Tagus Park, Núcleo Central, Sala 371
Distrito: Lisboa Concelho: Oelras Freguesia: Porto Salvo
2740 122 PORTO SALVO
Objecto: Edições de jornais, revistas e outras publicações periódicas em suporte físico ou digital; edições multimédia. Atividade de televisão.
Capital: 755.020,00 Euros
CAE Principal: 58130-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro
Forma de Obrigar: a) pela assinatura de qualquer um dos administradores ou do administrador único, caso exista; b) pela assinatura de um administrador-delegado; c) pela intervenção ou assistência de um procurador, dentro dos limites da procuração.
Prazo da duração dos(a) Mandato(s): Quadrénio de 2023/2026
Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome: JOSE MANUEL MACHADO SALDANHA BENTO
NIF/NIPC: 169197670
Cargo: Presidente

Nome: PEDRO VARGAS SANTOS DAVID
NIF/NIPC: 235635200
Cargo: Vogal

Nome: LUIS PEDRO MOÇO DA COSTA SANTOS
NIF/NIPC: 227334183
Cargo: Vogal

FISCAL ÚNICO:

Nome: BIZARRO DO VALE & ASSOCIADO, SROC, LDA
NIF/NIPC: 502947420
Cargo: Efetivo

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome: A. ZÓZIMO & M. LOURENÇO, SROC, LDA.
NIF/NIPC: 509231799

Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico.

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Insc.1 AP. 149/20151120 13:37:15 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: NEWSPLEX, S.A.
NIPC: 513766073
NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE ANÓNIMA
SEDE: Rua Cesário Verde, nº 5 A, Linda-a-Pastora
Distrito: Lisboa Concelho: Oelras Freguesia: Carnaxide e Queijas
2790 - 326 Queijas
OBJECTO: Edições de jornais, revistas e outras publicações periódicas em suporte físico ou digital; edições multimédia. Atividade de televisão.
CAPITAL : 50.000,00 Euros
Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro

ACÇÕES:

Número de acções: 50000
Valor nominal : 1.00 Euros
Natureza: Ao portador ou nominativas

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração; b) Pela assinatura de dois administradores, c) Pela assinatura de um administrador delegado; d) Por um procurador
Estrutura da administração: Conselho composto por três a cinco membros
Estrutura da fiscalização: Fiscal único
Duração dos mandatos: Um ano

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: MARIO JOAQUIM MARTINS VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 210860243
Cargo: Presidente
Residência/Sede: Rua Humberto Delgado, nº 766, Murches
2755 - 234 Alcabideche

Nome/Firma: PEDRO NUNO GOMES DA COSTA
NIF/NIPC: 179470817
Cargo: Vogal
Residência/Sede: Rua Nuno Ferrar, nº 2, 4º B
1600 - 804 Lisboa

Nome/Firma: MARIO JOAQUIM DA SILVA LEITÃO VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 265293529
Cargo: Vogal
Residência/Sede: Rua Humberto Delgado, nº 766, Murches
2755 - 234 Alcabideche

Prazo de duração do(s) mandato(s): Ano de 2015
Data da deliberação: 2015.11.20

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

An. 1 - 20151124 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

Inac.2 AP. 78/20160302 11:33:18 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
NIF/NIPC: 501280324
Residência/Sede: Rua Artilharia Um, nº104, 4º esqº
1099 - 053 Lisboa

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: PAULO RIBEIRO DA SILVA
NIF/NIPC: 180774530
Residência/Sede: Rua Artilharia Um, nº104, 4º esqº
1099 - 053 Lisboa

Prazo de duração do(s) mandato(s): Ano de 2015
Data da deliberação: 2016.01.04

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

An. 1 - 20160304 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

Inac.3 AP. 79/20160302 11:33:18 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: MARIO JOAQUIM MARTINS VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 210860243
Cargo: Presidente

Nome/Firma: PEDRO NUNO GOMES DA COSTA
NIF/NIPC: 179470817
Cargo: Vogal

Nome/Firma: MARIO JOAQUIM DA SILVA LEITÃO VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 265293529
Cargo: Vogal

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS -
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
NIF/NIPC: 501280324

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: PAULO RIBEIRO DA SILVA
NIF/NIPC: 180774530

Prazo de duração do(s) mandato(s): Ano de 2016
Data da deliberação: 2016.01.29

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

An. 1 - 20160304 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

Av.1 AP. 196/20160401 21:29:39 UTC - CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE MEMBRO(S) DO(S) ORGÃO(S) SOCIAL(AIS)(ONLINE)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: MÁRIO JOAQUIM DA SILVA LETTÃO VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 265293529
Cargo: Vogal
Residência/Sede: Rua Humberto Delgado, nº 766, Murches
2755 - 234 Alcabideche

Nome/Firma: PEDRO NUNO GOMES DA COSTA
NIF/NIPC: 179470817
Cargo: Vogal
Residência/Sede: Rua Nuno Ferrar, nº 2, 4º B
1600 - 804 Lisboa
Causa: Renúncia
Data: 30 de Abril de 2016

Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Ajudante, João Brito

An. 1 - 20160412 - Publicado em
<http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Ajudante, João Brito

Insc.4 AP. 4/20160330 12:44:44 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE(ONLINE)

Artigo(s) alterado(s): 1º nº 1

SEDE: Rua do Açúcar, nº 86, Lisboa
Distrito: Lisboa Concelho: Lisboa Freguesia: Beato
1950 - 010 Lisboa

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial Santa Comba Dão
O(A) Ajudante, Afonso Gomes Ferreira Viegas

An. 1 - 20160330 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial Santa Comba Dão
O(A) Ajudante, Afonso Gomes Ferreira Viegas

Insc.5 AP. 145/20171031 11:45:38 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE

Artigo(s) alterado(s): 3º, 4º, 11º.

ACÇÕES:

Número de acções: 50000
Valor nominal: 1.00 Euros
Natureza: nominativas.

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

An. 1 - 20171106 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

Insc.6 AP. 20/20190812 12:37:29 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS)(ONLINE)

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Pela assinatura: a) do presidente do conselho de administração ou do administrador único; b) de dois administradores; c) de um administrador delegado, no âmbito da respetiva delegação de poderes; d) pela intervenção ou assistência de um procurador, dentro dos limites da procuração
Estrutura da administração: Conselho de administração composto por 2(dois) a 5 (cinco) membros, ou um administrador único
Estrutura da fiscalização: Fiscal único e um suplente
Duração dos mandatos: 2 anos

Artigo(s) alterado(s): 13º, 14º, 15º, 16º e 17º

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

ADMINISTRADOR ÚNICO:

Nome/Firma: MARIO JOAQUIM MARTINS VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 210860243
Cargo: Administrador único
Residência/Sede: Rua Humberto Delgado, nº 766, Murches
2755 - 234 CASCAIS

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: JM RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS, SROC, LDA
NIF/NIPC: 514809833
Cargo: Representado p/ José Maria Ribeiro da Cunha, ROC
Residência/Sede: A. José Gomes Ferreira, nº 11, 5º piso, sala 54, Miraflores
1495 - 139 ALGÉS

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: PAULO RIBEIRO DA SILVA
NIF/NIPC: 180774530
Cargo: Suplente, ROC
Residência/Sede: A. José Gomes Ferreira, nº 11, 5º piso, sala 54, Miraflores
1495 - 139 ALGÉS

Prazo de duração do(s) mandato(s): Biénio 2019/2020
Data da deliberação: 17-06-2019

Conservatória do Registo Comercial Porto
O(A) Oficial de Registos, Fernanda Nunes T. de Carvalho

An. 1 - 20190813 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial Porto
O(A) Oficial de Registos, Fernanda Nunes T. de Carvalho

Insc.7 AP. 39/20200901 13:01:23 UTC - AUMENTO DO CAPITAL(ONLINE)

Montante do aumento : 100.000,00 Euros
Modalidade e forma de subscrição: Por conversão de suprimentos, no montante de 86.500,00 euros e em numerário no montante de 13.500,00 euros.
Capital após o aumento : 150.000,00 Euros
Artigo(s) alterado(s): 3º.

AÇÕES:

Número de ações: 150000
Valor nominal : 1,00 Euros
Natureza: Nominativas

Conservatória do Registo Comercial Coimbra
O(A) Conservador(a), Maria Nazaré Correia Batista

An. 1 - 20201015 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial Coimbra
O(A) Conservador(a), Maria Nazaré Correia Batista

Insc.8 AP. 14/20201022 13:01:11 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE(ONLINE)

Artigo(s) alterado(s): 1º, nº 3

SEDE: Tagus Park, Núcleo Central, Sala 371
Distrito: Lisboa Concelho: Oeiras Freguesia: Porto Salvo
2740 - 122 PORTO SALVO

Conservatória do Registo Comercial/Automóvel Braga
O(a) Oficial de registos, por delegação, Maria Flora Dias de Freitas Filza da Rocha

An. 1 - 20201118 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial/Automóvel Braga
O(a) Oficial de registos, por delegação, Maria Flora Dias de Freitas Filza da Rocha

Insc.9 AP. 49/20220823 17:35:22 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS) E SECRETÁRIO (ONLINE)

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

ADMINISTRADOR ÚNICO:

Nome/Firma: MARIO JOAQUIM MARTINS VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 210860243
Cargo: Administrador único
Residência/Sede: Rua Humberto Delgado, n.º 766, Murchas
2755 - 234 Cascais

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: BIZARRO DO VALE & ASSOCIADO, SROG, LDA
NIF/NIPC: 502947420
Cargo: Efectivo
Residência/Sede: Rua Castilho, n.º 59, 2º Esqº
1250 - 066 Lisboa

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: NORAS SILVÉRIO & ASSOCIADOS, SROG, LDA
NIF/NIPC: 513364633
Cargo: Suplente
Residência/Sede: Rua de Xabregas, n.º 2, Piso 2, Sala 20
1900 - 438 Lisboa

Prazo de duração do(s) mandato(s): Biénio: 2021/2022
Data da deliberação: 20 de fevereiro de 2022

Conservatória do Registo Comercial Porto
O(A) Oficial de Registos, Rui Manuel Aguiar Santos

An. 1 - 20220628 - Publicado em <http://publicacoes.mj.pt>.
Conservatória do Registo Comercial Porto
O(A) Oficial de Registos, Rui Manuel Aguiar Santos

Av.1 AP. 65/20221228 20:27:22 UTC - CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE MEMBRO(S) DO(S) ORGÃO(S) SOCIAL(AIS) (ONLINE)

ADMINISTRADOR ÚNICO:

Nome/Firma: MARIO JOAQUIM MARTINS VAZ RAMIRES
NIF/NIPC: 210860243

Cargo: Administrador Único
Residência/Sede: Rua Humberto Delgado, n.º 766, Murches
2755 - 234 Cascais
Causa: Renúncia
Data: 05 de janeiro de 2023

Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Oficial de Registos, Ana Galante

An. 1 - 20230105 - Publicado em <http://publicacoes.mj.pt>.
Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Oficial de Registos, Ana Galante

**Insc.10 AP. 71/20230413 23:28:36 UTC - AUMENTO DO CAPITAL(ONLINE),
ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE(ONLINE) E DESIGNAÇÃO DE
MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS) (ONLINE)**

Montante do aumento : 605.020,00 Euros
Modalidade e forma de subscrição: Realizado por Incorporação de suprimentos e
subscrito pelo acionista, através da emissão de 605.020 novas ações.
Capital após o aumento : 755.020,00 Euros
Artigo(s) alterado(s): 3.º, 10.º, 11.º, 13.º, 16.º e 17.º

ACÇÕES:

Número de ações: 755020
Valor nominal : 1,00 Euros

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: a) pela assinatura de qualquer um dos administradores ou do
administrador Único, caso exista; b) pela assinatura de um administrador-delegado;
c) pela intervenção ou assistência de um procurador, dentro dos limites da
procuração.
Duração dos mandatos: Quatro anos.

ACÇÕES:

Valor nominal : Euros

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: JOSE MANUEL MACHADO SALDANHA BENTO
NIF/NIPC: 169197670
Cargo: Presidente
Residência/Sede: Costa do Castelo, nº 44, 1º dtº
1100 - 179 Lisboa

Nome/Firma: PEDRO VARGAS SANTOS DAVID
NIF/NIPC: 235635200
Cargo: Vogal
Residência/Sede: P.O.BOX 35482 Dubai, AE
Estados Unidos dos Emirados Árabes

Nome/Firma: LUIS PEDRO MOÇO DA COSTA SANTOS
NIF/NIPC: 227334183
Cargo: Vogal
Residência/Sede: Rua cardeal, nº 493
2750 - 524 Cascais

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: BIZARRO DO VALE & ASSOCIADO, SROC, LDA
NIF/NIPC: 502947420
Cargo: Efetivo
Residência/Sede: Rua Castilho, n.º 59, 2º Esqº
1250 - 068 Lisboa

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: A. ZÓZIMO & M. LOURENÇO, SROC, LDA.
NIF/NIPC: 509231799
Residência/Sede: Rua de Moscavide, nº 14
1990 - 395 Moscavide

Prazo de duração do(s) mandato(s): Quadrénio de 2023/2026
Data da deliberação: 01 de março de 2023

Conservatória do Registo Comercial Porto
O(a) Oficial de registos, por delegação, Fernando Teixeira Pires

An. 1 - 20230609 - Publicado em <http://publicacoes.mj.pt>.
Conservatória do Registo Comercial Porto
O(a) Oficial de registos, por delegação, Fernando Teixeira Pires

Menção DEP 3886/2016-07-15 01:35:08 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2015 (2015-01-01 a 2015-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Com Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: NEWSPLEX S A
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei n.º. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20160715 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- Menção DEP 7939/2017-07-25 22:29:03 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
- Ano da Prestação de Contas: 2016 (2016-01-01 a 2016-12-31)
- Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases
- Requerente e Responsável pelo Registo: *NEWSPLEX S A*
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- An. 1 - 20170725 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- Menção DEP 9557/2016-07-13 00:57:11 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
- Ano da Prestação de Contas: 2017 (2017-01-01 a 2017-12-31)
- Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases
- Requerente e Responsável pelo Registo: *NEWSPLEX S A*
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- An. 1 - 20180713 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- Menção DEP 15813/2019-07-17 22:41:02 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
- Ano da Prestação de Contas: 2018 (2018-01-01 a 2018-12-31)
- Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases
- Requerente e Responsável pelo Registo: *NEWSPLEX S A*
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- An. 1 - 20190717 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- Menção DEP 20678/2020-09-16 16:38:12 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
- Ano da Prestação de Contas: 2019 (2019-01-01 a 2019-12-31)
- Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases
- Requerente e Responsável pelo Registo: *NEWSPLEX S A*
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- An. 1 - 20200916 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- Menção DEP 23534/2021-07-30 21:50:09 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
- Ano da Prestação de Contas: 2020 (2020-01-01 a 2020-12-31)
- Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases
- Requerente e Responsável pelo Registo: *NEWSPLEX S A*
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- An. 1 - 20210730 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- Menção DEP 32995/2022-07-27 21:47:00 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
- Ano da Prestação de Contas: 2021 (2021-01-01 a 2021-12-31)
- Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas, Com Ênfases
- Requerente e Responsável pelo Registo: *NEWSPLEX S A*
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- An. 1 - 20220727 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- Menção DEP 29727/2023-07-18 06:22:32 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
- Ano da Prestação de Contas: 2022 (2022-01-01 a 2022-12-31)
- Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Com Ênfases
- Requerente e Responsável pelo Registo: *NEWSPLEX S A*
- Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
- An. 1 - 20230718 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Certidão permanente subscrita em 29-11-2023 e válida até 29-11-2024

Fim de Certidão

Nota Importante:

Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

[Voltar](#) [Sair](#)

Ceridão Permanente
Código de acesso: 2676-6171-4226

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma ceridão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

NIPC: 516386743

Firma: Sunny Medio, Unipessoal Lda.

Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS

Sede: Taguspark, Núcleo Central, sala 367

Distrito: Lisboa **Concelho:** Oeiras **Freguesia:** Porto Salvo

2740 122 Porto Salvo

Objetos: Prestação de serviços de apoio à gestão executiva, operacional, estratégica, recursos humanos e comunicação; gestão e participação em projetos e investimentos mobiliários e imobiliários, bem como todas as atividades com estes relacionadas, designadamente através da subscrição ou aquisição de participações sociais e realização de investimento noutras sociedades incluindo em sociedades com um objeto social diferente do seu ou em sociedades reguladas por lei especial e em agrupamentos complementares de empresas.

Capital: 5.000,00 Euros

CAE Principal: 74900-R3

CAE Secundário (1): 70220-R3

CAE Secundário (2): 82990-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro

Forma de Obrigar: Com a intervenção de um garante de categoria A; ou com a intervenção

conjunta de dois gerentes de Categoria B

Prazo de duração dos(s) Mandato(s): menção não aplicável à presente entidade

Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

GERÊNCIA:

Nome: PEDRO VARGAS SANTOS DAVID

NIF/NIPC: 235635200

Cargo: Gerente categoria A

Nome: FERNANDO PEDRO DE ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO SOARES

NIF/NIPC: 223971499

Cargo: Gerente de categoria B

Nome: LUIS PEDRO MOÇO DA COSTA SANTOS

NIF/NIPC: 227334183

Cargo: Gerente de categoria B

Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico.

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Insc.1 AP. 66/20210318 19:30:54 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE, DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: SUNNY MERIDIAN - UNIPessoal LDA

NIPC: 516386743

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE: Rua D Filipe de Vilhena, nº 19, 6 B

Distrito: Lisboa **Concelho:** Lisboa **Freguesia:** Avenidas Novas

1000 - 148 Lisboa

OBJECTO: Desenvolvimento de projectos na área das energias renováveis. Promoção, produção e comercialização de energias renováveis. Produção e comercialização de equipamentos de energias renováveis.

CAPITAL : 1,00 Euros

Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 1,00 Euros

TITULAR: PEDRO VARGAS SANTOS DAVID

NIF/NIPC: 235635200

Estado civil : Casado(a)

Nome do cônjuge: Joana Clara Pinto do Rosário Vargas David

Regime de bens : Separação de bens

Residência/Sede: STC Tower 501, Emaar Square, Downtown Dubai, Dubai Dubai

Emiratos Árabes Unidos

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIATS:

Forma de obrigar: Com a intervenção de um gerente

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: PEDRO VARGAS SANTOS DAVID
NIF/NIPC: 235635200
Cargo: gerente
Residência/Sede: STC Tower 501, Emaar Square, Downtown Dubai, Dubai Dubai
Emiratos Árabes Unidos

Data de deliberação: 18 de março de 2021

Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Oficial de Registos, Alda Maria Correia Sousa Rocha

An. 1 - 20210324 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Oficial de Registos, Alda Maria Correia Sousa Rocha

Inec.2 AP. 1/20230323 10:08:41 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE, AUMENTO DE CAPITAL E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS) E SECRETÁRIO (ONLINE)

FIRMA: Sunny Media, Unipessoal Lda.
NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS
SEDE: Taguspark, Núcleo Central, sala 367
Distrito: Lisboa Concelho: Oeiras Freguesia: Porto Salvo
2740 - 122 Porto Salvo
OBJECTO: Prestação de serviços de apoio à gestão executiva, operacional, estratégica, recursos humanos e comunicação; gestão e participação em projetos e investimentos mobiliários e imobiliários, bem como todas as atividades com estes relacionadas, designadamente através da subscrição ou aquisição de participações sociais e realização de investimentos neutras sociedades incluindo em sociedades com um objeto social diferente do seu ou em sociedades reguladas por lei especial e em agrupamentos complementares de empresas.

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Com a intervenção de um gerente de categoria A; ou com a intervenção conjunta de dois gerentes de Categoria B
Estrutura da gerência: A gerência terá gerentes de Categoria A e gerentes de Categoria B.

Montante do aumento: 4.999,00 Euros
Montante realizado: 4.999,00 Euros
Modalidade e forma de subscrição: Conversão de suprimentos
Capital após o aumento: 5.000,00 Euros
Artigo(s) alterado(s): Reformulação Integral do Pacto Social

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 5.000,00 Euros

TITULAR: ALPAC CAPITAL ETVE SL
NIF/NIPC: 980550785
Residência/Sede: Calle Velazquez, 37, 1.º Planta, 28001 Madrid, Espanha

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: FERNANDO PEDRO DE ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO SOARES
NIF/NIPC: 223971499
Cargo: Gerente de categoria B
Residência/Sede: Campo Pequeno 9, 4.º dtº. Lisboa
1000 - 078 Lisboa

Nome/Firma: LUIS PEDRO MOÇO DA COSTA SANTOS
NIF/NIPC: 22734183
Cargo: Gerente de categoria B
Residência/Sede: Rua Cardeal, n.º 493, Cascais
2750 - 524 Cascais

O já nomeado gerente Pedro Vargas Santos David mantém as funções como gerente de Categoria A.

Cartório Notarial de Competência Especializada Matosinhos
O(A) Conservador(a), Abílio Fernando Gomes de Oliveira e Silva

An. 1 - 20230321 - Publicado em <http://publicacoes.mj.pt>.
Cartório Notarial de Competência Especializada Matosinhos
O(A) Conservador(a), Abílio Fernando Gomes de Oliveira e Silva

Menção Dep. 31468/2022-08-26 17:04:22 UTC - TRANSMISSÃO DE QUOTA(S)

QUOTA E SUJEITO ACTIVO:

QUOTA: 1,00 Euros

TITULAR: Alpac Capital ETVE, S.L.
NIPC: 980550785
Sede: Calle Velazquez, 37 1.º Planta, 28001 Madrid, Madrid, Espanha

SUJEITO PASSIVO:

QUOTA : 1,00 Euros

Titular: Pedro Vergas Santos David
NIF: 235635200
Estado civil: Casado
Nome do cônjuge: Joane Clara Pinto do Rosário Vergas David
Regime de bens: Separação Geral
Residência: STC Tower 501, Emaar Square, Downtown Dubai, Dubai, Emiratos Árabes Unidos

*Requerente e Responsável pelo registo,
Mafalda Almeida Carvalho, Advogado(a), Cédula Profissional nº 486931
Morada: Avenida da Liberdade 262, 2 Esq, Lisboa
Código Postal: 1250-149 Lisboa
Menção realizada pelo apresentante nos termos do artigo 55-A, nº 4 do Código do Registo Comercial*

Menção DEP 33144/2023-07-25 21:48:11 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2022 (2022-06-01 a 2022-12-31)

Requerente e Responsável pelo Registo: SUNNY MERIDIAN - UNIPessoal LDA
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20230725 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Certidão permanente subscrita em 13-03-2023 e válida até 13-06-2025

Fim da Certidão

Nota Importante:
Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que pretenda apresentar uma certidão de registo comercial.



CU4618233

FERNANDO PÉREZ ALCALÁ DEL OLMO
NOTARIO

C/ Alcalá, 115, 1ª Izda.
Tel. 91 761 88 50 - Fax 91 431 43 73
28009 MADRID

03229

COMPRAVENTA DE PARTICIPACIONES SOCIALES -----
NÚMERO TRES MIL DOSCIENTOS VEINTINUEVE. -

En Madrid, mi residencia, a diecisiete de
noviembre de dos mil quince. -----

Ante mí, FERNANDO PÉREZ ALCALÁ DEL OLMO,
Notario del Ilustre Colegio de Madrid, -----

COM P A R E C E -----

DOÑA VERÓNICA VIÑAL MENÉNDEZ-PONTE, casada,
mayor de edad, traductor jurado, con DNI número
51099572-N, y domicilio a estos efectos en la
calle Velázquez 37, 1ª planta, 28001 de Madrid. -

DOÑA MARIA DE LAS NIEVES GONZÁLEZ VALLÉS
soltera, mayor de edad, abogada, con DNI número
48717658-R, y domicilio a estos efectos en la
calle Velázquez 37, 1ª planta, 28001 de Madrid. -

Les identifico por sus documentos de
identidad. -----

INTERVENCIÓN -----

Dofia Verónica Viñal Menéndez-Ponte
interviene en nombre y representación de la

mercantil "ALPAC UNICORN INVERSIONES ETVE,
SOCIEDAD LIMITADA", domiciliada en Madrid, calle
Velázquez 37, 1ª planta, 28001. Constituida por
tiempo indefinido en virtud de escritura
autorizada por mí, de fecha 20 de julio de 2015,
bajo número trescientos treinta y tres de
protocolo. Provista de CIF número B-87349858.
Inscrita en el Registro Mercantil de Madrid, al
tomo 33.803, folio 11, hoja registral número M-
608391, inscripción 1ª. -----

Lo hace facultada por poder especial
otorgado por el representante legal de la misma
DON PEDRO VARGAS SANTOS DAVID, mayor de edad,
soltero, empresario, de nacionalidad portuguesa,
con domicilio en Avenida Elias García 45, 2 Esq,
1000-148 Lisboa (Portugal), con pasaporte de su
país número M590217 vigente, y N.I.E Y4192732-F
poder otorgado ante mí el día veintidós de mayo
de dos mil quince. -----

Yo Notario, he tenido a la vista copia
autorizada de dicho documento, del que a mi
juicio y bajo mi responsabilidad, el
compareciente tiene facultades suficientes para
este otorgamiento, puesto que está especialmente



CU46 8234

facultado para transmitir participaciones
sociales. -----

Me asegura la apoderada que las facultades
conferidas no le han sido limitadas, suspendidas
ni revocadas, conservando el poder aludido toda
su vigencia y que no ha variado la capacidad ni
el estado civil del poderdante. -----

A los efectos de lo que dispone la Ley
10/2/10, sobre Prevención de Blanqueo de
Capitales, manifiesta el representante de la
sociedad compareciente que el titular real de la
mercantil que representa es PEDRO VARGAS SANTOS
DAVID cuyas circunstancias constan en la
presente. -----

Dña María de las Nieves González Vallés
interviene en nombre y representación de la
mercantil "ALPAC DWC-LLC", entidad debidamente
constituida bajo la legislación de los Emiratos
Árabes Unidos, con domicilio social en Dubai,
Aviación City, P.O Box: 390667, Dubai, U.A.E.

Debidamente registrada, con fecha 18 de junio de 2015, en el "Dubai Aviation City Corporation", bajo el número de registro 3312. -----

Tiene así mismo N.I.F. español N6471157E. ---

Lo hace facultado por poder especial otorgado por el representante legal de la misma, DON PEDRO VARGAS SANTOS DAVID, mayor de edad, soltero, empresario, de nacionalidad portuguesa, con domicilio en Avenida Elias García 45, 2 Esq, 1000-148 Lisboa (Portugal), con pasaporte de su país número M590217 vigente, y N.I.E. Y4192732-F, poder otorgado en Portugal ante el notario Carlos Manuel Da Silva Almeida el día quince de octubre de dos mil quince. -----

Yo Notario, he tenido a la vista copia autorizada de dicho documento, el cual figura con la apostilla de la Haya con fecha veintiuno de octubre de dos mil quince, de la que a mi juicio y bajo mi responsabilidad el compareciente tiene facultades suficientes para este otorgamiento, puesto que está especialmente facultada para la compraventa participaciones sociales. -----

Me asegura la apoderada que las facultades conferidas no le han sido limitadas, suspendidas



C1146 8235

ni revocadas, conservando el poder aludido toda su vigencia y que no ha variado la capacidad ni el estado civil del poderdante. -----

Tienen, pues, a mi juicio, según interviene, la capacidad necesaria para otorgar la presente escritura de compraventa de participaciones sociales y al efecto; -----

EXPONEN. -----

Que Don PEDRO VARGAS SANTOS DAVID es el socio único y titular de todas las participaciones en que se divide el capital social de la Sociedad "ALPAC UNICORN INVERSIONES ETVE SOCIEDAD LIMITADA" DE FORMACIÓN SUCESIVA constituida por tiempo indefinido ante mí, en Madrid, el día 20 de julio de 2015, bajo el número 1333 de protocolo. Tiene su domicilio en Madrid, calle Velázquez 37, 1ª planta, 28001. Inscrita en el Registro Mercantil de Madrid al Tomo 33.803, Folio 11, Sección 8, Hoja M-608391, inscripción primera y con C.I.F. B87349858. -----

La titularidad de las 100 participaciones sociales de DIEZ euros valor nominal le corresponden por haberlas suscrito y desembolsado en la constitución de la sociedad. -----

CARGAS Y LIMITACIONES.- Las participaciones descritas se hallan completamente desembolsadas y libres de cargas, gravámenes o derechos de terceros a la fecha de la firma del presente acto, no existiendo ninguna restricción legal o estatutaria a la transmisión de las participaciones según manifiesta la parte vendedora. -----

El transmitente al ser titular de la totalidad del capital social hacen constar que no es necesaria la aprobación de la presente venta por la Junta General de Socios, habiéndose cumplido por tanto lo dispuesto en los Estatutos sociales y legislación aplicable. -----

Y, por esta escritura, -----

OTORGAN. -----

PRIMERO.- Don PEDRO VARGAS SANTOS DAVID, por medio de su apoderada, vende las 100 participaciones sociales, numeradas correlativamente de la 1 a la 100 ambas



inclusive, representativas del 100% del capital social, a la mercantil ALPAC DWC-LLC, que las compra por medio de su apoderado. -----

SEGUNDO.- El precio de este contrato es la cantidad de MIL EUROS (1.000 €), cantidad que la vendedora manifiesta haber recibido del comprador, mediante efectivo metálico con fecha de hoy en este acto, otorgando carta de pago. --

TERCERO. Los gastos originados por el otorgamiento de la presente escritura serán satisfechos íntegramente de la cuenta de la parte compradora. -----

CUARTO.- Hace constar la parte compradora que la transmisión del objeto de esta escritura está comprendida en el supuesto del artículo 108 de la Ley 24/1988 del Mercado de Valores, resultando que no está comprendida en los supuestos del párrafo 2º de dicho precepto legal. En su consecuencia se solicita la exención del Impuesto de Transmisiones Patrimoniales y Actos

Jurídicos Documentados. -----

Advierto expresamente de la necesidad de notificar a la sociedad, la presente transmisión y la anotación de la misma en el Libro Registro de Socios. -----

QUINTO.- Manifiesta la parte vendedora que toda relación laboral con terceros se halla a fecha de hoy liquidada y extinguida, sin que exista reclamación alguna. -----

SEXTO.- El comprador se compromete a hacerse cargo de todas las obligaciones y responsabilidades impuestas por la Ley y por los Estatutos Sociales, que proceden o que pueden proceder de la compra de las participaciones respecto de la sociedad o a terceros. Asimismo se compromete a realizar todos los trámites necesarios relativos al cambio de titularidad de las participaciones en los correspondientes organismos públicos y a hacerse cargo de eventuales impuestos o gastos que deriven del presente contrato de compraventa. -----

SOLICITUD DE INSCRIPCIÓN PARCIAL-----

De conformidad con lo establecido en el artículo 63 del Reglamento del Registro



CU 18237

Mercantil, las partes otorgantes solicitan expresamente la inscripción parcial de la presente escritura en el supuesto de que alguna de sus cláusulas o de los hechos, actos o negocios jurídicos contenidos en ella y susceptibles de inscripción adoleciese de algún defecto, a juicio del Registrador, que impida la práctica de la misma. -----

Así lo dicen y otorgan las comparecientes, a quienes hago las reservas y advertencias legales.

De conformidad con la Legislación sobre Protección de Datos de carácter personal, hago constar que los datos de tal carácter incluidos en el presente instrumento público serán incorporados a los ficheros informatizados de Protocolo y de Administración y gestión de la Notaría a mi cargo para su tratamiento exclusivamente interno, sin perjuicio de la remisión de índices al Colegio Notarial y de las obligaciones de colaboración con las



04 8238



DECLARACIÓN DE INVERSIÓN EXTRANJERA EN SOCIEDADES NO COTIZADAS, SUCURSALES Y OTRAS FORMAS DE INVERSIÓN

Modelo D-1A Hoja nº 1 de 1

NO SELLAR NI ESCRIBIR SOBRE EL CODIGO DE PUNTOS I



Declaración Nº: B87349858_D1A_3726585

¿Es ratificación? Si No

Si la inversión requiere declaración previa indique:
 DP-1 nº: _____ Fecha: _____

¿Está afectada la inversión que se declara por un régimen especial? Si No

En caso afirmativo, ¿Ha cumplido la legislación sectorial específica? Si No

¿Requiere autorización? Si Fecha: _____

D-1B de procedencia
 Nº: _____
 Nº: _____
 Nº: _____

1. Razón social: **ALPAC UNICORN INVERSIONES ETVE** NIF: **B87349858**

Calle/Pista/Avda. Nombre de la vía pública: **CL VELAZQUEZ** Número: **37**

Código Postal: **28001** Municipio: **MADRID** País: **MADRID**

Actividad principal (en caso de holding, actividad de la filial más representativa del grupo): **9420** CNAE

Actividades de sociedades holding: Holding sociedades españolas extranjeras

2. Forma jurídica y participación en otras sociedades españolas: Forma jurídica: **01**

3. Datos económicos: 3.1. Capital social/Dotación: **1.000,00 €** Antes de la inversión / **1.000,00 €** Después de la inversión

3.2. Fondos propios: **100,000 %** / **100,000 %**

3.3. Porcentaje de participación extranjera: **100,000 %** / **100,000 %**

Número de empresas participadas: **9**

4. Titular de la inversión: Apellidos y nombre o razón social: **ALPAC DWC-LLC**

Domicilio: **BUSINESS CENTRE LOGISTICS- DUBAI AVIATION CITY**

País: **EMIRATOS ÁRABES UNIDOS** Cód. País: **AE**

5. Participación en la empresa española: Antes inversión: **0,000 %** Después inversión: **100,000 %**

Acceso al Consejo de Administración: Si No

6. Titulares de la inversión residente: Apellidos y nombre o razón social del titular último

6.1 **VARGAS SANTOS DAVID, PEDRO** País: **PT** Participación en el titular (%): **100,000 %**

6.2 _____

6.3 _____

7. Operación: Clase: **11** Fecha de realización: **17/11/2015** Importe nominal: **1.000,00 €** Importe efectivo: **1.000,00 €**

8. En caso de adquisición, indique el número de transacciones, su nombre o razón social y su país de residencia: Número de transacciones: **1** País: **PT**

Apellidos y nombre o razón social: **VARGAS SANTOS DAVID, PEDRO**

10. Medio de aportación: Código: **01** Importe: **1.000,00 €** Código: _____ Importe: _____

11. Razón de la inversión: **01**

12. Declaración: Doy/Da **MARIA DE LAS NIEVES GONZALEZ VALLE** con domicilio en **MADRID** calle **VELAZQUEZ** nº **37** con CNI nº **48717638R**

En nombre propio o en representación de **ALPAC DWC-LLC** suscribo los datos de esta declaración **MADRID** el **17** de **NOVIEMBRE** de **2015**

13. Diligencia del fedatario público: Doy fe de que no existe contra indicación entre los datos que figuran en esta declaración y el documento público por el autorizado. Fecha: **17/11/2015** Nº de protocolo: **3729**

14. Apellidos y nombre o razón social, NIF y domicilio para notificación: **ANTONIO VIVAL & CO. ABOGADOS** NIF: **J78870618** Domicilio: **VELAZQUEZ 37**

Código Postal: **28001** Teléfono: **914202427** Correo electrónico: **MADRID@VIVALABOGADOS.COM**

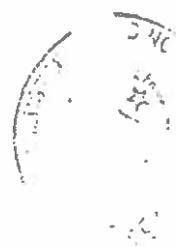
ES COPIA DE SU MATRIZ, con la que concuerda en número y contenido y en donde queda anotada. Para los comparecientes, la expido en seis folios de papel exclusivo para documentos notariales de la serie CU, el presente y los cinco anteriores. En Madrid, a nueve de Febrero de dos mil dieciséis. DOY FE. -----

FE PUBLICA
NOTARIAL



[Handwritten signature]

Aplicación Arancel, Disposición Adicional
Tercera, Ley 8/89.
Base de cálculo: ..
Arancel aplicable, núm.: ..
Derechos arancelarios: Euros.



ESTE FOLIO HA QUEDADO UNIDO CON EL SELLO DE ESTE COLEGIO NOTARIAL A LA COPIA AUTORIZADA DEL INSTRUMENTO PÚBLICO OTORGADO ANTE el Notario de Madrid, D. Fernando Pérez Alcalá del Olmo, 17 de noviembre de 2015 con el número 3229 de protocolo, expedida el día 09 de febrero de 2016.

APOSTILLE

(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. País: **España**

Country / Pays:

El presente documento público
This public document / Le présent acte public

2. ha sido firmado por **D. Fernando Pérez Alcalá del Olmo**
has been signed by / a été signé

3. quien actúa en calidad de **NOTARIO**
acting in the capacity of / agissant en qualité de

4. y está revestido del sello / timbre de **su Notaría**
bears the seal / stamp of / est revêtu du sceau / timbre de

Certificado

Certified / Attesté

5. en **Madrid**
at / à

6. el día **17 de febrero de 2016**
the / le

7. por **el Decano del Colegio Notarial de Madrid**
by / par

8. bajo el número **010844**
N° / sous n°

9. Sello / timbre:
Seal / stamp / Sceau / timbre

10. Firma:
Signature / Signature

COLEGIO NOTARIAL DE MADRID



Don Manuel Hurlé González
Firma delegada del Decano

رخصة

License

Government of Dubai

مؤسسة مدينة دبي للطيران
DUBAI AVIATION CITY CORPORATION



License Details

Registration Number	3312
License Number	3694
Licensee	ALPAC DWC-LLC
Trade Name	ALPAC DWC-LLC
Legal Status	DWC-LLC
Issue Date	22-Jun-2015
Expiry Date	21-Jun-2025
Business Unit	BC

التفاصيل العامة

رقم التسجيل	3312
رقم الرخصة	3694
صاحب الرخصة	ألباك دي دبليو سي ش.ذ.م.م
الإسم التجاري	ألباك دي دبليو سي ش.ذ.م.م
الشكل القانوني	شركة ذات مسؤولية محدودة
تاريخ الإصدار	22-Jun-2015
تاريخ الإنتهاء	21-Jun-2025
قطاع العمل	BC

Company/Manager

Name of Manager Pedro Vargas Santos David

Address

Premises No.	00
Floor Number	3
Building Name	A3
Area Name	Business Center
PO Box	390667

مدير الشركة

إسم مدير الشركة بيدرو فلرجاس سانتوس دافيد

العنوان

المقر رقم	00
رقم الطابق	3
إسم المبني	A3
إسم المنطقة	Business Center
صناديق البريد	390667

Activities

الأنشطة

1. Management Consultancies

1. استشارات ودراسات إدارية



028-402496-1028723

* Remarks:



وثيقة إلكترونية مستمدة وصادرة بدون توقيع من مؤسسة مدينة دبي للطيران

Approved electronic document issued without signature by Dubai Aviation City Corporation

Certificate No. **SHO-0052955**

Number of Shares: **200000**

SHARE CERTIFICATE

Company Name

ALPAC DWC-LLC

(R. No 3312)

Shareholder

Pedro Vargas Santos David

Address

This is to certify that: **Pedro Vargas Santos David**

is the registered holder of **200000** Shares of:

AED 1.00 each.

Paid in the above-named Company, subject to the Memorandum and Articles of Association of the company filed with the Dubai Aviation City Corporation Authority.

Dated this day 15th June 2015

Last Amendment

- *No Transfer of any of the above-mentioned share(s) is/are permitted without the written approval of the registrar of Dubai Aviation City Corporation Authority*

Certificate No. **SHO-0064139**

Number of Shares: **100000**

SHARE CERTIFICATE

Company Name

ALPAC DWC-LLC

(R. No 3312)



Luis Pedro Moco Da Costa Santos

This is to certify that: **Luis Pedro Moco Da Costa Santos**

is the registered holder of **100000** shares of

AED 1.00 each.

Paid in the above-named Company, subject to the Memorandum and Articles of Association of the company filed with the Dubai Aviation City Corporation Authority.

Dated this day 22nd October 2015

Last Amendment

- **No Transfer of any of the above-mentioned share(s) is/are permitted without the written approval of the registrar of Dubai Aviation City Corporation Authority**

Catarina Flor Ferrelra



BENEFICIÁRIO EFETIVO / REGISTO

Registo Central do Beneficiário Efetivo

Declaração RCBE submetida com sucesso.

- Código RCBE: 15b3c1d5-e23c-47b7-9e70-c0b4c75a2058
- Declaração submetida em 23/03/2023 16:47:30

O comprovativo foi enviado por e-mail à Entidade, ao Beneficiário efetivo e ao Declarante. Caso pretenda uma cópia, por favor imprima ou descarregue o pdf para ficar com o comprovativo.

[Imprimir comprovativo](#)

Ministério da Justiça Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

Registo Central do Beneficiário Efetivo

Número Fiscal da Entidade:

513766073

Dados do Declarante

Nome(s) próprio(s)
Apelido(s)
País de residência ou sede
Morada:

Email

País de emissão do documento

Tipo de documento

Número de documento

Data de validade

País do Número fiscal

Número fiscal

Cédula profissional

Qualidade em que atua

Catarina

Flor Ferrelra

PORTUGAL

AV da Liberdade, 262, 2, esq. 1250-149 Lisboa, distrito de Lisboa, concelho de Lisboa, freguesia de Santo António

cfr@ccslegal.com

PORTUGAL

Cartão de Cidadão

14319640 5 ZW3

03/08/2031

PORTUGAL

264091833

62647P

Privado

Dados da Entidade

Firma ou Denominação

País de residência ou sede

Morada:

Email

NEWSPLEX, S.A.

PORTUGAL

Tagus Park, Núcleo Central, Sala 371, 2740-122 PORTO SALVO, distrito de Lisboa, concelho de Oeiras, freguesia de Porto Salvo

info@alpaccapital.com

Natureza jurídica

Sociedade Anónima

Dados dos Membros dos órgãos de administração

Dados dos Beneficiários Efetivos

Beneficiário 1

Nome(s) próprio(s)	Pedro
Apelido(s)	Vargas Santos David
País de residência ou sede	Emirados Árabes Unidos
Morada	endereço STC Tower 501, Emaar Square, Downtown Dubai, cidade Dubai, localidade de Dubai
Email	Info@alpaccapital.com
Naturalidade	PORTUGAL
Concelho e Freguesia ou Lugar	Lisboa
Data de nascimento	01/08/1984
Nacionalidade:	PORTUGAL
País de emissão do documento	PORTUGAL
Tipo de documento	Cartão de Cidadão
Número de documento	12444937 9203
Data de validade	04/08/2028
País do Número fiscal	PORTUGAL
Número fiscal	235635200
Fonte de informação	Certidão permanente

Interesse Detido

Beneficiário da entidade

Pedro Vargas Santos David

Detém propriedade ou controlo da entidade:

Sim

Tipo de ativos:

Ações ou Quotas

Percentagem no capital social:

66,67 %

Tipo de detenção:

Propriedade

Estrutura da detenção:

Indireta - NIPC do Interesse Indireto: 516386743

País: PT

Detém direitos de voto:

Não

Exerce algum outro tipo de controlo direto ou indireto sobre a Entidade:

Não

Detém a direção de topo da Entidade:

Não

Pedido de Restrição de Acesso

Está associado a um PRA?

Não

Beneficiário 2

Nome(s) próprio(s)

Luís Pedro

Apeleido(s)	Moço da Costa Santos
País de residência ou sede	PORTUGA
Morada:	R Cardeal, n.º 493, 2750-524 Cascais, distrito de Lisboa, concelho de Cascais, freguesia de Cascais e Estoril
Email	Info@alpaccapital.com
Naturalidade	PORTUGA
Concelho e Freguesia ou Lugar	Lisboa
Data de nascimento	02/09/1983
Nacionalidade:	PORTUGA
País de emissão do documento	PORTUGA
Tipo de documento	Cartão de Cidadão
Número de documento	12429545 2 ZWS
Data de validade	03/08/2031
País do Número fiscal	PORTUGA
Número fiscal	227334183
Fonte de informação	Certidão permanente

Interesse Detido

Beneficiário da entidade

Luís Pedro Moço da Costa Santos

Detém propriedade ou controlo da entidade:

Sim

Tipo de ativos:

Ações ou Quotas

Percentagem no capital social:

33,33 %

Tipo de detenção:

Propriedade

Estrutura da detenção:

Indireta - NIPC do Interesse Indireto: 516386743

País: PT

Detém direitos de voto:

Não

Exerce algum outro tipo de controlo direto ou indireto sobre a Entidade:

Não

Detém a direção de topo da Entidade:

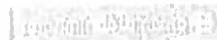
Não

Pedido de Restrição de Acesso

Está associado a um PRA?

Não

O comprovativo foi enviado por e-mail à Entidade, ao Beneficiário efetivo e ao Declarante. Caso pretenda uma cópia, por favor imprima ou descarregue o pdf para ficar com o comprovativo.



[Início](#) >

ERC

ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

2

Exmo(a). Senhor(a)
Mandatário(a) da Newsplex, Lda.
TagusPark, Núcleo Central, Sala 371
2740-122 Porto Salvo

E-mail: foe-110991@adv.oa.pt

Lisboa, 22-04-2024

Of.º N.º SAI-ERC/2024/2888
(Correio registado com AR + CC E-mail)

V.º Ref.º

N.º Ref.º
500.10.10/2024/9
EDOC/2024/3208

Assunto: Incumprimento das obrigações legais da Transparência

Exmo(a). Senhor(a),

A Unidade da Transparência dos Media da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, relativamente à Entidade que V. Exa. representa, detetou a falta ou incompletude do cumprimento das disposições legais da transparência dos media previstas na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, e no Regulamento da ERC n.º 835/2020, de 2 de outubro, conforme resulta da Ficha Individual de Verificação em anexo (FIV n.º 30/UTM/ID/2024/FIV).

Nestes termos, e tendo em conta a responsabilidade contraordenacional que recai sobre a V. Entidade pela falta de comunicação ou comunicação incorreta ou incompleta (neste sentido vide artigo 17.º da Lei), fica V. Exa. notificado para, no prazo de 10 dias úteis a seguir a esta notificação, preencher os campos / informações em falta, descritas no documento anexo, no registo da Entidade na Plataforma Digital da Transparência (em <https://transparencia.erc.pt>).

ERC

ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os serviços da ERC estão disponíveis através do endereço de correio eletrónico
info.transparencia@erc.pt.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Teresa Esteves

Coordenadora da Unidade da Transparência dos Media

(Por delegação de competências conforme Deliberação n.º 1192/2023 do Conselho Regulador de 9 de novembro de 2023, publicada no Diário da República n.º 232/2023, Série II de 2023-11-30)

FIV – FICHA INDIVIDUAL DE VERIFICAÇÃO:

N.º 30/UTM/ID/2024/FIV

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS DA TRANSPARÊNCIA¹.

Técnico da UTM: ID
Data da verificação: 22/04/2024 Hora: 15:30
Entidade regulada: Newsplex, SA

Sumário:	Anotações/Despachos:
Nesta data verifica-se incumprimento dos deveres legais de reporte especificados na síntese de verificação infra.	

¹ O regime legal da transparência, da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento da comunicação social é constituído pela “Lei da Transparência” (LT) e pelo “Regulamento” (Reg.), aqui identificados:

- LT – Lei da Transparência – Lei n.º 78/2015, de 29 de Julho.
- “Regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social e altera a Lei de Imprensa, a Lei da Televisão e a Lei da Rádio”.
- Reg. – Regulamento da ERC n.º 835/2020, de 2 de outubro.
- “Regulamento que estabelece as regras sobre a transparência dos principais meios de financiamento e sobre o relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem atividades de comunicação social”. (Revoga e substitui o anterior Regulamento ERC n.º 348/2016, de 1 de abril.)

Ano de registo na ERC:	2015
Ano de registo na Plataforma da Transparência:	2016

Síntese da verificação

Nesta data verifica-se a falta do reporte legalmente obrigatório de:

1. CARACTERIZAÇÃO FINANCEIRA – faltam os mapas do Balanço (exercícios de 2020 e 2021)

Reporte obrigatório nos termos da LT art.º 5º, n.º 1; e do Regulamento, art.º 3, n.º 3.

2. Identificação de eventuais clientes relevante/detentores relevantes do passivo.

Reporte obrigatório nos termos da LT art.º 5º, n.º 3; e do Regulamento, art.º 3, n.º 2.

3. Relatório Anual de Governo Societário – ano de 2022

Reporte anual obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, do Regulamento, art. 5º, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

4. Confirmação, à luz dos documentos remetidos à ERC no dia 18 de abril de 2024, se a designação da empresa “ Alpac Capital España ETVF, S.L.” se encontra correto.

Verificação detalhada

ITEM A REPORTAR	(Base legal da obrigação) LT e Reg. ¹	Verificação: - verificado - a determinar - incompleto - desconforme - em falta - n.a.
DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO		
1.		
1.1.	Nome do Mandatário (nominal).	verificado
1.2.	Capital social.	verificado
1.3.	Indica atividade principal.	verificado
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS		
2.		
2.1.	Identificação de todos os órgãos sociais.	verificado
2.2.	Identificação dos titulares de cada órgão social.	verificado
IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DO CAPITAL SOCIAL / PARTICIPAÇÕES SOCIAIS²		
3.		
3.1.	Identificação de titularidade direta (inclui usufruto).	verificado
3.2.	Discriminação das percentagens (titularidade direta).	verificado
3.3.	Identificação da cadeia de imputação de participações qualificadas (5% ou mais do capital/voto).	verificado

² Obs.:

- Pessoas coletivas societárias devem identificar todos os titulares diretos do capital. Pessoas coletivas de forma não societária devem identificar apenas detentores de 5% ou mais do capital.

		- art.º 11.º; e - art.º 13.º.	
3.4.	Participações sociais diretas ou indiretas noutros OCS.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.º 3º, n.º 2, alínea c).	a determinar
4.	ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DETIDOS – IDENTIFICAÇÃO	Reporte obrigatório nos termos	verificado
4.1.	Identificação dos responsáveis pela orientação editorial de cada OCS.	- da LT, art.º 3º, n.º 1; e - do Regulamento, art.º 5.º, n.º 6, alínea b).	
4.2.	Identificação dos serviços de programas e respetivos responsáveis editoriais (apenas operadores de Rádio e TV).	Reporte obrigatório nos termos - da LT art.º 2º, n.º 1, alínea c); e art.º 3.º, n.º 1; e - do Reg. art.º 5, n.º 6, alínea b).	n.a.

5.	CARACTERIZAÇÃO FINANCEIRA ³ (Meios de financiamento) (LT art.º 5º; Regulamento art.º 3 e art.º 4).	Verificação				
		- verificado / - a determinar / - desconforme / - incompleto / em falta / n.a.				
	ITEM A REPORTAR	2018	2019	2020	2021	2022
5.1.	Fluxos financeiros.	verificado	verificado	incompleto	incompleto	A determinar
	Base legal da obrigação (Contraordenação prevista na LT art.º 17.º, n.º 2, alínea a)					
	Reporte obrigatório nos termos - da LT art.º 5º, n.º 1; e					

3

Obs. Obrigação para entidades com contabilidade organizada; confrontar com ano a partir do qual deve inserir caracterização financeira. Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento, os fluxos financeiros a reportar anualmente incluem:

- a) Capital próprio;
- b) Activo total;
- c) Passivo total;
- d) Resultados operacionais ou resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;
- e) Resultados líquidos;
- f) Montantes dos rendimentos totais;
- g) Montantes dos passivos totais no balanço;
- h) Montantes totais dos passivos contingentes com impacto material nas decisões económicas.

5.1.1	Capital próprio	- do Regulamento, art.º 3, n.º 1.							
5.1.2	Ativo total	- Regulamento, art.º 3,º, n.º 1, alínea a).							
5.1.3	Passivo total	- Regulamento, art.º 3,º, n.º 1, alínea b).							
5.1.4	Resultados operacionais ⁴	- Regulamento, art.º 3,º, n.º 1, alínea c).							
5.1.5	Resultados líquidos	- Regulamento, art.º 3,º, n.º 1, alínea e).							
5.1.6	Montantes dos rendimentos totais	- Regulamento, art.º 3,º, n.º 1, alínea f).							
5.1.7	Montantes dos passivos totais no balanço	- Regulamento, art.º 3,º, n.º 1, alínea g).							
5.1.8	Montantes totais dos passivos contingentes ⁵	- Regulamento, art.º 3,º, n.º 1, alínea h).							
5.2.	Cientes relevantes. ⁶	Reporte obrigatório nos termos - da LT art.º 5º, n.º 3; e - do Regulamento, art.º 3, n.º 2, alínea a).							A determinar
5.3.	Detentores relevantes do passivo. ⁷	Reporte obrigatório nos termos - da LT art.º 5º, n.º 3; e - do Regulamento, art.º 3, n.º 2, alínea b).							A determinar

⁴ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 3.º, número 1, alínea d) "Resultados operacionais ou resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;"

⁵ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 3.º, número 1, alínea h) "Montantes totais dos passivos contingentes com impacto material nas decisões económicas;"

⁶ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 3.º, número 2, alínea a) "A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10% dos rendimentos totais, indicando a respetiva percentagem e rubricas a que se referem;"

⁷ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 3.º, número 2, alínea b) "A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10% da soma do montante total de passivos no balanço e dos passivos contingentes com impacto material nas decisões económicas, indicando a respetiva percentagem e rubricas a que se referem;"

5.4.	Mapas de balanço e demonstração de resultados/IES ⁸	Reporte obrigatório nos termos - da LT art.º 5º, n.º 1; e - do Regulamento, art.º 3, n.º 3.		Incompleto incompleto
------	--	---	--	-----------------------

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO⁹ **Verificação**

⁸ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 3.º, número 3: "As pessoas singulares ou coletivas que prosseguem atividades de comunicação social obrigadas a comunicar à ERC os principais fluxos financeiros têm de anexar na plataforma digital da transparência, em campo especificamente criado para o efeito, os mapas de Balanço e Demonstração de Resultados ou a Declaração Anual de Informação Empresarial Simplificada que faça prova dos indicadores financeiros identificados no n.º 1 do presente artigo."

Obs. Obrigação para sociedades; confrontar com ano a partir do qual deve inserir o relatório.
Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento, o Relatório de Governo Societário a reportar anualmente inclui:

- a) "Identificação dos titulares dos órgãos sociais e respetivas atividades profissionais paralelas, incluindo:
 - i. Nome e função dos titulares dos órgãos sociais;
 - ii. Nota biográfica com informação de natureza profissional e académica dos titulares dos órgãos sociais; E, quando existente:
 - iii. Modelo de governação dos órgãos sociais, com diferenciação entre órgãos executivos e órgãos não executivos;
 - iv. Competências e funcionamento dos órgãos sociais;
 - v. Descrição das atividades profissionais paralelas dos titulares dos órgãos sociais;
 - vi. Indicação sobre se cada membro dos órgãos sociais é ou não remunerado no âmbito das funções que exerce no órgão de comunicação social.
- b) Declaração sobre a existência de sistemas de controlo interno e comunicação de irregularidades quanto ao controlo dos meios de financiamento obtidos e, caso existam, descrição dos mesmos, incluindo:
 - i. Organograma ou mapas funcionais;
 - ii. Identificação do Técnico Oficial de Contas, do Revisor Oficial de Contas e/ ou do auditor externo, assim como as contraprestações auferidas; Estatutos e outros regulamentos internos. E, quando exista:
 - iv. Informação acerca de repartição de competências e eventuais delegações de competências;
 - v. Descrição detalhada dos mecanismos internos existentes para minimizar os riscos de irregularidades na obtenção de meios de financiamento e de eventuais conflitos de interesses;
 - vi. Descrição dos mecanismos que permitam aferir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;

			2018	2019	2020	2021	2022
	Reporte anual obrigatório nos termos - da LT, art. 16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art. 5.º, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.		- verificado / - incompleto / - desconforme - em falta / - n.a.				
	ITEM A REPORTAR (Base legal da obrigação)						
6.	Relatório de Governo Societário completo.	Reporte anual obrigatório nos termos - da LT, art. 16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art. 5.º, n.ºs 1 a 7.	verificado	verificado	verificado	verificado	em falta
6.1.	Identificação dos titulares dos órgãos sociais	Reporte obrigatório nos termos da LT, art. 16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art. 5.º, n.º 1, alínea a).					
6.2.	Nome e função dos titulares	- Regulamento, art. 5.º, n.º 2, alínea a)					
6.3.	Nota biográfica. ¹⁰	- Regulamento, art. 5.º, n.º 2, alínea b)					
6.4.	Modelo de governação	Reporte obrigatório nos termos da LT,					

vii. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, nomeadamente critérios de definição da componente variável da remuneração, caso exista. Caso não exista componente de remuneração variável, tal deve ser expressamente indicado;

viii. Mecanismos para a comunicação interna e externa de irregularidades;

ix. Indicadores sobre audiências, tiragens e circulação.

c) Identificação e descrição dos mecanismos relevantes de garantia de independência em matéria editorial, incluindo:

i. Estatuto editorial do ou dos órgãos de comunicação social;

ii. Indicação dos responsáveis editoriais do ou dos órgãos de comunicação social;

iii. Nota biográfica com informação de natureza profissional e académica dos responsáveis editoriais;

iv. Atividades paralelas remuneradas dos responsáveis editoriais. Caso não existam atividades paralelas, tal deve ser mencionado.

E, quando aplicável:

v. Estrutura editorial do ou dos órgãos de comunicação social;

vi. Composição do Conselho de Redação, estatuto e principais decisões no período em análise;

vii. Autonomia orçamental dos responsáveis editoriais;

viii. Manuais de boas práticas editoriais e códigos de conduta.

¹⁰ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 5.º, número 2, alínea b) "Nota biográfica com informação de natureza profissional e académica dos titulares dos órgãos sociais."

	(órgãos executivos/não executivos) ¹¹	art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 3, alínea a). Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 3, alínea b). Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 1, alínea a), segunda parte, e - do Regulamento, art.º 5.º, n.º 3, alínea c)			
6.5.	Competências e funcionamento dos órgãos sociais.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 3, alínea b).			
6.6.	Descrição das atividades profissionais paralelas dos titulares dos órgãos sociais.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 1, alínea a), segunda parte, e - do Regulamento, art.º 5.º, n.º 3, alínea c)			
6.7.	Indicação sobre se cada membro dos órgãos sociais é ou não remunerado no âmbito das funções que exerce no órgão de comunicação social.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 3, alínea d).			
6.8.	- Declaração sobre existência de sistemas de controlo interno e comunicação de irregularidades quanto ao controlo dos meios de financiamento obtidos.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 1, alínea b), primeira parte			
6.9.	Organograma ou mapas funcionais	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 4, alínea a).			
6.11	TOC/ ROC /auditor (identificação) ¹²	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 4, alínea b),			

¹¹ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 5.º, número 3, alínea a) "Modelo de governação dos órgãos sociais, com diferenciação entre órgãos executivos e órgãos não executivos."

¹² Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 5.º, número 4, alínea b) "Identificação do Técnico Oficial de Contas, do Revisor Oficial de Contas e/ou do auditor externo, assim como as contraprestações auferidas."

6.12	TOC/ ROC /auditor (remuneração) ¹⁵	primeira parte. Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 4, alínea b), segunda parte.							
6.13	Estatutos e outros regulamentos internos.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 4, alínea c).							
6.14	Repartição e delegações de competências. ¹⁵	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 5, alínea a).							
6.15	Descrição dos sistemas (caso existam) de controlo interno e comunicação de irregularidades quanto ao controlo dos meios de financiamento obtidos.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 1, alínea b), segunda parte.							
6.16	Descrição detalhada dos mecanismos internos existentes para minimizar os riscos de irregularidades na obtenção de meios de financiamento e de eventuais conflitos de interesses;	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 5, alínea b).							
6.17	Descrição dos mecanismos que permitem aferir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 5, alínea c).							
6.18	Descrição da política de	Reporte obrigatório nos termos da LT,							

¹⁵ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 5.º, número 5, alínea a) "informação acerca de repartição de competências e eventuais delegações de competências;"

	remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, nomeadamente critérios de definição da componente variável da remuneração, caso exista. Caso não exista componente de remuneração variável, tal deve ser expressamente indicado.	art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 5, alínea d).
6.19	Mecanismos para a comunicação interna e externa de irregularidades.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 5, alínea e).
6.20	Indicadores sobre audiências, tiragens e circulação.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 5, alínea f).
6.21	Mecanismos de independência editorial ¹⁴	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 1, alínea c).
6.22	Estatuto editorial do ou dos órgãos de comunicação social.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 6, alínea a).
6.23	Indicação dos responsáveis editoriais do ou dos órgãos de comunicação social.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 6, alínea b).
6.24	Nota biográfica com informação de natureza profissional e académica dos responsáveis editoriais.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 6, alínea c).
6.25	Atividades paralelas remuneradas dos responsáveis editoriais. Caso	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2,

¹⁴ Regulamento n.º 835/2020, de 2 de outubro, artigo 5.º, número 1, alínea c) "identificação e descrição dos mecanismos relevantes de garantia de independência em matéria editorial."

	não existam atividades paralelas, tal deve ser mencionado.	- do Regulamento, art.º 5º, n.º 6, alínea d).			
6.26	Estrutura editorial do ou dos órgãos de comunicação social.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 7, alínea a).			
6.27	Composição do Conselho de Redação, estatuto e principais decisões no período em análise.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 7, alínea b).			
6.28	Autonomia orçamental dos responsáveis editoriais.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 7, alínea c).			
6.29	Manuais de boas práticas editoriais e códigos de conduta.	Reporte obrigatório nos termos da LT, art.16.º; e, por remissão do n.º 2, - do Regulamento, art.º 5º, n.º 7, alínea d).			



Fátima de Oliveira Esteves
advogada

ENTIDADE REGULADORA PARA A
COMUNICAÇÃO SOCIAL

500.10.01/2024/9

EDOC/2024/3208

Exma. Senhora Coordenadora da Transparência dos Media,

NEWSPLEX, SA, com o número único 513766073, de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial, com sede no Tagus Park, Núcleo Central, Sala 371, 2740-122 Porto Salvo, proprietária dos Títulos 125004, 125624 e 127966, notificada através do V/Ofício SAI-ERC/2024/2888, vem informar que já procedeu à inclusão dos elementos complementares, mencionados na ficha individual de verificação nº 30/UTM/ID/2024/FIV.

Mais se informa, em resposta ao ponto 4. da síntese da verificação, que a denominação da sociedade "ALPAC CAPITAL ESPAÑA ETVE, S.L." é o correcto, conforme documentação que se anexa, em complemento dos documentos remetidos a 18/04/2024.

Junta: 1 documento.

A Advogada,

Fátima de Oliveira Esteves
ADVOGADA
Responsabilidade Limitada
CP 11099 L
NIF 183868773
Rua Marquês da Fronteira, nº 117, 1º esq., 1070-292 Lisboa
Telefone: 218265550; fax: 214010515; e-mail: foe-11099L@adv.oa.pt

Rua Marquês da Fronteira, nº 117, 1º esq.
1070-292 Lisboa
tel: 218 265 550
fax: 214 010 515
tm: 919 803 531
email: foe-110991@adv.oa.pt/foe@sapo.pt



**REGISTRO MERCANTIL
DE MADRID**

C/ DE LA CASTELLANA, 44
28046 MADRID

CERTIFICACIÓN DE HOJA REGISTRAL

El registrador mercantil que suscribe, certifica:

Que, a instancia por escrito de Candela Mosquera Pérez, en la que se solicita certificación del histórico de la sociedad "ALPAC CAPITAL ESPAÑA ETVE SL", ha examinado los libros del Registro, de los que, respecto a esa sociedad, resulta:

1. La sociedad de responsabilidad limitada denominada "ALPAC CAPITAL ESPAÑA ETVE SL", de carácter unipersonal, con NIF B87349858, EUID: ES28065.081479268, consta inscrita en este Registro, al tomo 33803, sección 8ª, folio 11 y siguientes, hoja M-608391, y se encuentra vigente.

Las fotocopias incorporadas a esta certificación son reproducción exacta de su historial registral.

2. La sociedad tiene depositadas en el Registro las cuentas anuales de los ejercicios 2015 al 2020, ambos inclusive.

3. No existen limitaciones a las facultades del órgano de administración, en el libro de inscripciones.

4. No figura inscrita la disolución ni la liquidación.

5. No resulta del libro diario ningún asiento relativo a título pendiente de inscripción que afecte a los extremos de los que se certifica.

-la hoja registral de la sociedad se encuentra cerrada provisionalmente por falta de depósito de las cuentas anuales, conforme al artículo 378 del Reglamento del Registro Mercantil.

Esta certificación va extendida en esta hoja, y 6 más de papel timbrado de este Registro, números B1054492 al B1054497, ambos inclusive.

Madrid, a cinco de junio de dos mil veintitrés.

El registrador mercantil,



Nota. Presentada la instancia en el libro diario de certificaciones, asiento 30483/2023

Honorarios: S/M.

De conformidad con lo dispuesto en la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos Personales y garantía de los derechos digitales (en adelante LOPDGD), queda informado:
Conformidad con lo dispuesto en la solicitud de publicidad registral, los datos personales expresados en la misma han sido y serán objeto de tratamiento e incorporación a los Libros y archivos del Registro.
El responsable es el Registrador, a través del uso y fin del tratamiento los recogidos y previstos expresamente en la normativa registral, la cual sirve de base legitimadora de este tratamiento.
Informe el art. 6 de la Instrucción de la Dirección General de los Registros y del Notariado de 17 de febrero de 1998, el titular de los datos queda informado que los mismos serán cedidos con el objeto de satisfacer el derecho del titular de los datos o derechos inscritos en el Registro a ser informado, a su instancia, del nombre o de la denominación y domicilio de las personas físicas o jurídicas que han solicitado información respecto a su persona o bienes.
Periodo de conservación de los datos se determinará de acuerdo a los criterios establecidos en la legislación registral, resoluciones de la Dirección General de los Registros y del Notariado e Instrucciones equivalentes. En el caso de la facturación de servicios, dichos períodos de conservación se determinarán de acuerdo a la normativa fiscal y tributaria aplicable en cada momento. En todo caso, el Registro se compromete a conservar los datos por un tiempo superior a los indicados con arreglo a dichos criterios normativos en aquellos supuestos en que sea necesario por la existencia de responsabilidades derivadas de la prestación de servicio.
La información puesta a su disposición es para su uso exclusivo y tiene carácter intransferible y confidencial y únicamente podrá utilizarse para la finalidad por la que se solicitó la información. Queda prohibida la remisión o cesión de la información por el usuario a cualquier otra persona, incluso de manera gratuita.
Conformidad con la Instrucción de la Dirección General de los Registros y del Notariado de 17 de febrero de 1998 que prohíbe la incorporación de los datos que constan en la información registral a bases o bases informáticas para la consulta individualizada de personas físicas o jurídicas, incluso expresando la fuente de procedencia.
No resulta compatible con la normativa específica y aplicable al Registro, se reconoce a los interesados los derechos de acceso, rectificación, supresión, oposición, limitación y portabilidad establecidos en el artículo 17 de la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos Personales y garantía de los derechos digitales (en adelante LOPDGD) citada, pudiendo ejercitarlos dirigiendo un escrito a la dirección del Registro. Del mismo modo, el usuario podrá reclamar ante la Agencia Española de Protección de Datos (AEPD): www.aepd.es.
De igual modo, el interesado podrá ponerse en contacto con el delegado de protección de datos del Registro, dirigiendo un escrito a la dirección info@registro.madrid.es.



JOSÉ M. RAMÍREZ-CÁRDENAS GIL

**SECRETARIO, COMO DECANO-PRESIDENTE EN FUNCIONES DEL
COLEGIO DE REGISTRADORES DE LA PROPIEDAD Y
MERCANTILES DE ESPAÑA**

Hago constar: Que tras cotejo realizado del expediente existente en esta
vocalía de la firma de D. Gonzalo Aguilera Anegón Registrador
Mercantil de Madrid XII Merc. resulta similar con la que consta
archivada, por lo que queda legitimado.

Madrid, a trece de junio de 2023

473/2023



BOGANO MERCANTIL DE MADRID
1942

APOSTILLE

(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. País: Country/Pays: España			
El presente documento público This public document/Le présent acte public			
2. ha sido firmado por has been signed by a été signé par	RAMÍREZ-CÁRDENAS GIL, JOSÉ MARÍA		
3. quien actúa en calidad de acting in the capacity of agissant en qualité de	SECRETARIO (DECANO-PRESIDENTE EN FUNCIONES)		
4. y está revestido del sello / timbre bears the seal / stamp of est revêtu du sceau / timbre de	COLEGIO DE REGISTRADORES DE LA PROPIEDAD Y MERCANTILES DE ESPAÑA		
Certificado Certified/Attesté			
5. en at/à	MADRID	6. el día the/le	06/07/2023
7. por by/par	TIRADO GARCIA , MARIA REYES JEFA DE NEGOCIADO DE REGISTRO GENERAL		
8. bajo el número Nº/sous nº	SLGAP/2023/016030		
9. Sello / timbre: Seal / stamp: Sceau / timbre:			10. Firma: Signature: Signature:
			TIRADO GARCIA , MARIA REYES

Esta Apostilla certifica únicamente la autenticidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento haya actuado y, en su caso, la identidad del sello o timbre del que el documento público esté revestido.

Esta Apostilla no certifica el contenido del documento para el cual se expidió.

Esta Apostilla se puede verificar en la dirección siguiente: "<https://sede.mjusticia.gob.es/eregister>"

Código de verificación de la Apostilla (*): AD:hhDK-JcbG-W4s3-dnc1

Este documento está firmado electrónicamente de acuerdo con lo dispuesto en los artículos 42 y 43 de Ley 40/2015, de 1 de octubre, de Régimen Jurídico del Sector Público.

This Apostille only certifies the authenticity of the signature and the capacity of the person who has signed the public document, and, where appropriate, the identity of the seal or stamp which the public document bears.

This Apostille does not certify the content of the document for which it was issued.

To verify the issuance of this Apostille, see "<https://sede.mjusticia.gob.es/eregister>"

Verification code of the Apostille (*): AD:hhDK-JcbG-W4s3-dnc1

This document has been electronically signed in accordance with the provisions of Articles 42 and 43 of Law 40/2015 of October 1st, of Legal Regime of the Public Sector.

Cette Apostille atteste uniquement la véracité de la signature, la qualité en laquelle le signataire de l'acte a agi et, le cas échéant, l'identité du sceau ou timbre dont cet acte public est revêtu.

Cette Apostille ne certifie pas le contenu de l'acte pour lequel elle a été émise.

Cette Apostille peut être vérifiée à l'adresse suivante: "<https://sede.mjusticia.gob.es/eregister>"

Code de vérification de l'Apostille (*): AD:hhDK-JcbG-W4s3-dnc1

Ce document a été signé électroniquement d'accord avec le dispositif dans les articles 42 et 43 de Loi 40/2015 du 1 octobre, de Régime juridique du Secteur Public.



(*) Juego de caracteres del código de verificación / Verification Code Characters Set / Ensemble de caractères du code de vérification:

ABCDEFGHIJKLMNPQRSTUVWXYZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 23456789 . :



"ALPAC UNICORN INVERSIONES ETVE S.L.", sociedad en formación sucesiva.- Con CIF n° 987349858, con domicilio en Calle Velazquez 37 - 1ª planta de Madrid, confiesa sus operaciones en el día veinte de julio de dos mil quince y se rige por los siguientes estatutos: "Título I.- DISPOSICIONES GENERALES ARTICULO 1º.- Se constituye esta Sociedad legalmente, con el carácter de Responsabilidad Limitada, y será regida por estos Estatutos y, en su defecto, por la Ley de Sociedades de Capital. (Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julio), y demás disposiciones legales en vigor. La sociedad se acoge al régimen de formación sucesiva hasta que alcance el capital social mínimo requerido, conforme a lo dispuesto en el artículo 4 y 4bis de la Ley de Sociedades de Capital. Cuando en estos Estatutos se hable genéricamente de la "Ley", se entenderá siempre referida a la Ley de Sociedades de Capital. ARTICULO 2º.- La Sociedad girará bajo la denominación de "ALPAC UNICORN INVERSIONES ETVE S.L.". ARTICULO 3º.- La Sociedad tendrá su domicilio en Madrid, C/ Velázquez 37, 1ª planta, 28001; y tiene nacionalidad española. Por acuerdo del Órgano de Administración se podrán crear, suprimir y trasladar sucursales, agencias y delegaciones en cualquier lugar de España o del extranjero, cumpliendo los demás requisitos legales. ARTICULO 4º.- La duración de la Sociedad será por un tiempo indefinido, y dará comienzo a sus operaciones el día del otorgamiento de la escritura de constitución. ARTICULO 5º.- Constituye su objeto social: - a) La actividad de gestión y administración de valores representativos de los fondos propios de entidades no residentes en territorio español, mediante la correspondiente organización de medios materiales y personales. (ACTIVIDAD PRINCIPAL CNAE 6420) con exclusión expresa de las actividades propias de las instituciones de inversión colectiva previstas en la Ley del Mercado de Valores. b) Comercio al por mayor, por menor e intermediación en el comercio, exportación e importación, por cualquier medio, de todo tipo de maquinaria, vehículos, medios de transporte terrestres, acuáticos y aéreos, equipos industriales destinados a cualquier actividad, así como artículos de uso doméstico, materias primas de toda clase incluidas de forma ilustrativa y sin limitación alguna las destinadas a las siguientes ramas de actividad: sanitaria, química, biológica, petroquímica, alimentación de origen vegetal o animal. CNAE 46.90 c) Asistencia, participación, organización, promoción, patrocinio y publicidad de toda clase de eventos, cursos, conferencias, charlas y seminarios. CNAE 85.59 d) Compra, venta, arrendamiento y explotación, por medio de cualquier título, de construcciones, parcelas, explotaciones agrícolas, y establecimientos comerciales, en todo o en parte. CNAE 68.20 e) Adquisición, enajenación y explotación de cualquier tipo de patentes, marcas, certificados de invención, nombres comerciales, de mejoras, y general de toda clase de derechos de propiedad industrial o derechos de autor, así como conceder derechos de licencia sobre los mismos. CNAE 77.40 f) Consultoría de gestión, comercial, administrativa, informática, de recursos humanos, económico-administrativa. CNAE 70.22 g) Administración, adquisición, enajenación y en general la disposición por cualquier título de toda clase de acciones y participaciones, también excluyendo las actividades antes aludidas previstas en la Ley del Mercado de Valores. Las actividades enumeradas podrán ser realizadas por la sociedad, en nombre propio o de terceros, ya sea de forma directa o indirecta, a través de cualquier medio o plataforma, Internet incluido, y de su participación en otras sociedades de idéntico o análogo objeto social. Quedan excluidas todas aquellas actividades para cuyo ejercicio la Ley exija requisitos especiales que no queden cumplidos por esta sociedad. Si las disposiciones legales exigiesen para el ejercicio de alguna de las actividades comprendidas en el objeto social algún título profesional o autorización administrativa, o la inscripción en Registros públicos, dichas actividades deberán realizarse por medio de persona que ostente la requerida titulación, y, en su caso, no podrán iniciarse antes de que se hayan cumplido los requisitos administrativos exigidos. Título II.- DEL CAPITAL Y LAS PARTICIPACIONES ARTICULO 6º.- El capital social, que ha sido totalmente suscrito y desembolsado, se fija en 1.000,00€ (Mil Euros) y está dividido en 100 participaciones sociales, con un valor nominal cada una de ellas de 10,00€ (Diez Euros) numeradas correlativamente del 1 al 100. ARTICULO 7º.- Los socios no responderán personalmente de sus deudas sociales. ARTICULO 8º.- a) La transmisión voluntaria de participaciones personalmente de otro socio, del cónyuge, ascendientes y descendientes del socio, o en el caso de transmisión de otros socios "mortis causa", será libre, sea por vía de herencia o legado, siempre que sea en favor de otro socio, en favor de cónyuge, ascendientes o descendientes del socio, o en el caso de transmisión de sociedades participaciones a pertenecientes al mismo grupo. c) En los demás casos de transmisión de sociedades participaciones a pertenecientes al mismo grupo.

<p>TONO 33803</p> <p>SEC. 8</p> <p>LIBRO 0</p> <p>NOTA M-608391</p>	<p>NUM. DE CUBRILLO INSCRIP.</p> <p>1</p>
<p>NOTAS MARGINALES</p> <p>CONSTITUCIÓN GOBIERNO DE ADMINISTRADOR DECLARACION DE UNIPERSONALIDAD</p> <p>Remitidos al R.M.C. los datos reglamentarios dentro del plazo previsto en el artículo 38ª RRM</p> <p>Cambiada la denominación social, según consta en la inscripción 2 de esta hoja, Madrid a 12 de enero de 2016</p>	

en el momento en que el socio comunique su propósito de transmitir: o en su caso en la fecha de la adjudicación judicial o administrativa de las participaciones. La transmisión de participaciones públicas, así como la constitución de derechos reales sobre las mismas, deberán constar en documento público. En lo que se refiere al régimen de transmisión forzosa se aplicará el Artículo 109 de la Ley de Sociedades de Capital. Título III.- DE LOS ÓRGANOS DE LA SOCIEDAD Artículo 9º.- Los órganos de la sociedad son: A) La Junta General. B) Los administradores. A) LA JUNTA GENERAL: Artículo 10º.- Los socios, reunidos en Junta General, decidirán por la mayoría establecida en estos Estatutos y, en su defecto, por la Ley, en los asuntos propios de la competencia de la Junta. El acuerdo válido de los socios regirá la vida de la Sociedad y vincula a ésta y a todos los socios, incluso a los disidentes e quienes no hubiesen concurrido a adoptarlo. Es competencia de la Junta General deliberar y acordar sobre los siguientes asuntos: a) La aprobación de la gestión social, la aprobación de las cuentas anuales y la aplicación del resultado. b) El nombramiento y separación de los administradores, liquidadores y, en su caso, de los auditores de cuentas, así como el ejercicio de la acción social de responsabilidad contra cualquiera de ellos. c) La autorización a los administradores para el ejercicio, por cuenta propia o ajena, del mismo, análogo o complementario género de actividades que constituya el objeto social. d) La transformación, fusión y escisión de la sociedad. e) El aumento y la reducción de la aprobación del balance final de liquidación. f) Cualquiera otros asuntos que determinen la ley o los estatutos. Artículo 11º.- Cada participación da derecho a un voto. Los acuerdos sociales se adoptarán por mayoría de los votos válidamente emitidos, siempre que representen al menos un tercio de los votos correspondientes a las participaciones sociales en que se divide el capital social. No se computarán los votos en blanco. Por excepción a lo dispuesto en el apartado anterior: a. El aumento o la reducción del capital y cualquier otra modificación de los estatutos sociales requerirá el voto favorable de más de la mitad de los votos correspondientes a las participaciones en que se divide el capital social. b. La autorización a los administradores para que se dediquen, por cuenta propia o ajena, al mismo, análogo o complementario género de actividad que constituya el objeto social; la supresión o la limitación del derecho de preferencia en los aumentos del capital; la transformación, la fusión, la escisión, la cesión global de activo y pasivo y el traslado del domicilio al extranjero, y la exclusión de socios requerirán el voto favorable de, al menos, dos tercios de los votos correspondientes a las participaciones en que se divide el capital social. Todo ello, sin perjuicio de los votos correspondientes a las Ley exija el consentimiento de todos los socios. Artículo 12º.- La Junta General será convocada por el Órgano de Administración y, en su caso, por los liquidadores de la sociedad, sin perjuicio de los supuestos especiales previstos en los artículos 169 y 171 de la Ley de Sociedades de Capital. El Órgano de Administración convocará necesariamente la Junta cuando lo soliciten uno o varios socios que representen, al menos, el cinco por ciento del capital social, expresando en la solicitud los asuntos que tratar en la Junta. En este caso, la Junta General deberá ser convocada, para su celebración, dentro de los dos meses siguientes a la fecha en que se hubiera requerido notarialmente a los Administradores para convocarla, debiendo incluirse necesariamente en el Orden del Día los asuntos que hubiesen sido objeto de solicitud. La convocatoria se realizará por carta certificada o por telegrama, con acuse de recibo, dirigidos personalmente a cada socio, o por cualquier procedimiento de comunicación individual y escrita, que asegure la recepción del anuncio por todos los socios, al domicilio designado al efecto o en el que conste en el Libro registro de socios, expresando el nombre de la sociedad, la fecha y hora de la reunión, el Orden del Día; en el que figurarán los asuntos a tratar, y el nombre de la persona o personas que realizarán la comunicación. Entre la convocatoria y la fecha prevista para la celebración de la reunión, deberá existir un plazo de al menos quince días, que se computarán a partir de la fecha en que hubiera constancia de haber recibido el anuncio el último de los socios. El Órgano de Administración convocará la Junta General, para su celebración, dentro de los seis primeros meses de cada ejercicio, con el fin de aprobar la gestión social, las cuentas del ejercicio anterior y resolver sobre la aplicación del resultado. Artículo 13º.- La Junta General quedará válidamente constituida para tratar cualquier asunto, sin necesidad de previa convocatoria, siempre que esté presente o representado la totalidad del capital social y los concurrentes acepten por unanimidad la celebración de la reunión y el Orden del Día de la misma. Artículo 14º.- Meses de las Junta General: a) En caso de que la firma del Órgano de Administración sea Consejo de Administración, las reuniones de la Junta serán presididas

TOMO 33803

SIC 8

LIBRO 0

FOLIA M-608391

NOTAS MARGINALES

MARCA DE CLASE PASIVA

1

por el Presidente del mismo o, en su caso, por el Vicepresidente, y actuará de Secretario el que lo sea del Consejo de Administración o, en su caso, el Secretario del mismo. En defecto de las personas indicadas, el Presidente y el Secretario de la Junta General serán los designados, al comienzo de la reunión, por los socios concurrentes. Las certificaciones de las actas de las Juntas Generales se expedirán por el Secretario del Consejo de Administración o, en su caso, por el Vicepresidente, con el visto bueno del Presidente o del Vicepresidente, en su caso. La formalización en instrumento público de los acuerdos sociales corresponde a las personas que tienen facultad para dicho Administrador, o quien correspondiere, igualmente, la facultad de certificar y de formalizar en instrumento público los acuerdos. En defecto del Administrador Único, presidirá la Junta la persona que a este efecto designen los socios al comienzo de la reunión. c) En caso de Administradores solidarios, la Junta General será presidida por cualquier administrador y actuará de Secretario cualquier otro Administrador. En el supuesto de ausencia e imposibilidad de los Administradores, el Presidente y el Secretario de la Junta General serán los designados, al comienzo de la reunión, por los socios concurrentes. Las certificaciones de las Actas de las Juntas Generales se expedirán por cualquiera de los administradores, con cargo vigente e inscrito en el Registro Mercantil, a quien, igualmente, correspondiere la formalización en instrumento público de los acuerdos sociales. d) En caso de Administración mancomunada, las Juntas Generales de socios será presidida por cualquier Administrador y actuará de Secretario el otro Administrador mancomunado. En el supuesto de ausencia e imposibilidad de los Administradores, el Presidente y el Secretario de la Junta General serán los designados, al comienzo de la reunión, por los socios concurrentes. La facultad de certificar y de formalizar en instrumento público los acuerdos, corresponde a los administradores mancomunados, conjuntamente. Corresponde al Presidente dirigir las sesiones, conceder la palabra a los socios y organizar los debates; así como comprobar la realidad de la adopción de los acuerdos. Las Actas de las Juntas serán aprobadas por la propia Junta al final de la reunión o, en su defecto, y dentro del plazo de quince días, por el Presidente de la Junta General y dos socios interventores, uno en representación de la mayoría y otro por la minoría. Artículo 15.º.- Todo socio podrá hacerse representar en las reuniones de la Junta General por medio de otro socio, su cónyuge, ascendientes o descendientes, o persona de estante poder general conferido en documento público con facultades para administrar todo el patrimonio que el representado tuviera en territorio nacional. La representación comprenderá la totalidad de las participaciones de que sea titular el socio representado y deberá conferirse por escrito. Si no constare en documento público, deberá ser especial para cada Junta. B) LOS ADMINISTRADORES. Artículo 16.º.- La Administración de la sociedad podrá corresponder a: a) Un Administrador Único, al que se le atribuye el poder de representación de la sociedad. b) Varios Administradores solidarios, atribuyéndose el poder de representación de la sociedad a cada uno de ellos, con un mínimo de dos y un máximo de cinco. c) Dos Administradores mancomunados, que ejercerán conjuntamente el poder de representación de la sociedad. d) Un Consejo de Administración, que ejercerán la representación de la sociedad en forma colegiada, integrado por un número mínimo de tres y un máximo de cinco consejeros. En la escritura de constitución de la sociedad se determinará el modo favorable representativo de más de la mitad de los votos correspondientes a las participaciones en que se divide el capital social. podrá optar por otro sistema o modo de administración de los señalados, sin necesidad de modificar los estatutos, y en virtud de acuerdo que deberá elevarse a escritura pública e inscribirse en el Registro Mercantil. Artículo 17.º.- La representación de la Sociedad por el órgano de Administración se extiende a todos los actos comprendidos en el objeto social, teniendo facultades lo más ampliamente entendidas, para contratar en general, realizar toda clase de actos y negocios, obligaciones o dispositivos, de administración ordinaria o extraordinaria y de rigoroso dominio, respecto a toda clase de bienes, dinero, muebles, valores mobiliarios y de rigoroso sin más excepción que la de aquellos asuntos que legalmente o por los presentes estatutos sean competencia de la Junta General. Cualquiera limitación de las facultades representativas del órgano de administración, tanto si viene impuesta por los estatutos como por decisiones de la Junta General, serán ineficaces frente a terceros, sin perjuicio de su validez y de la responsabilidad en que incurran los administradores frente a la sociedad en caso de extralimitación o abuso de facultades o por la realización de actos no comprendidos en el objeto social que obliguen a la sociedad en virtud

14. Asignación de la Ley de Ejercicio Social. - Artículo 19.º - Para ser nombrados administradores se requiere la conformidad de los socios. El nombramiento de los administradores se hará en sesión pública y exclusivamente a la Junta General. Los administradores podrán ser separados, en cualquier momento, de su cargo por la Junta General, aun cuando la separación no conste en el Orden del Día. Artículo 19.º - Los administradores ejercerán su cargo durante tiempo indefinido. No podrán ser nombrados administradores quienes se hallaran comprendidos en causa de incapacidad o de incompatibilidad legal para ejercitar el cargo y especialmente las determinadas Ley 5/2006, de 10 de abril. Pueden ser nombrados suplentes de los administradores para el caso de que cesen por cualquier causa uno o varios de ellos. Artículo 20.º - Cuando la administración recaiga en un Consejo de Administración, se observarán las reglas siguientes: a) La convocatoria del Consejo de Administración se hará por carta certificada o por telegrama con acuse de recibo dirigido personalmente a cada consejero, con una antelación mínima de siete días y quedarán válidamente constituido cuando concurren a la reunión, presentes o representados, siempre por otro consejero, un número de éstos que superen la mitad aritmética del número de miembros que lo integran. La representación se conferirá mediante carta dirigida al Presidente. El Presidente dirigirá las sesiones, concederá la palabra a los consejeros y ordenará los debates, fijará el orden de las intervenciones y las propuestas de resolución. Será válida la reunión del Consejo sin necesidad de previa convocatoria, cuando, estando reunidos todos sus miembros, decidan por unanimidad celebrar la sesión. b) Los acuerdos se adoptarán por mayoría absoluta de los consejeros presentes y representados en la sesión. Si se produjera empate de la votación decidirá el voto personal de quien fuera Presidente. c) El Consejo nombrará de su seno un Presidente y, si lo considera oportuno, uno o varios Vicepresidentes. Así mismo nombrará libremente a la persona que podrá no ser consejero. Las certificaciones de las actas y acuerdos del Consejo serán expedidas por el Secretario o Vicesecretario del mismo, en su caso, con el visto bueno de su Presidente o Vicepresidente. La formalización de los mismos y su elevación a escritura pública corresponderá a cualquiera de los miembros del Consejo, así como al Secretario o Vicesecretario del mismo, aunque no sean consejeros, con cargos vigentes e inscritos en el Registro Mercantil. En el Libro de Actas constarán los acuerdos adoptados con expresión de los datos relativos a la convocatoria y a la constitución del Consejo, un resumen de los asuntos debatidos, las intervenciones de los que se haya solicitado constancia y los resultados de las votaciones. d) La delegación permanente de alguna facultad del Consejo de Administración en la Comisión Ejecutiva o en el Consejero Delegado y la designación de los administradores que hayan de ocupar tales cargos requerirán para su validez el voto favorable de las dos terceras partes de los componentes del Consejo y no producirán efecto alguno hasta su inscripción en el Registro Mercantil. Artículo 21.º - El órgano de administración no tendrá carácter retribuido. Título IV.º - EJERCICIO SOCIAL Artículo 22.º - El ejercicio social termina el 31 de Diciembre de cada año. Los Administradores están obligados a formar en el plazo máximo de tres meses, contados a partir del cierre de ejercicio social, las cuentas anuales, el informe de gestión y la propuesta de aplicación del resultado. Las cuentas anuales comprenderán al balance, la cuenta de pérdidas y ganancias, la memoria, el estado de cambios en el patrimonio neto y, en su caso, el estado de flujos de efectivo. Estos documentos, que forman una unidad, deberán ser redactados con claridad y mostrar la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera y de los resultados de la sociedad, de acuerdo con lo establecido en la Ley y en el Código de Comercio, y deberán estar firmadas por todos los administradores. A partir de la convocatoria de la Junta General, cualquier socio podrá obtener de la sociedad, de forma inmediata y gratuita los documentos que han de ser sometidos a la aprobación de la misma, así como el informe de gestión y, en su caso el informe de los auditores de cuentas. Artículo 23.º - La distribución de dividendos a los socios, se realizará en proporción a su participación en el capital social. Artículo 24.º - De los beneficios obtenidos en cada ejercicio, una vez cubierta la dotación para reserva legal y demás atenciones legales, se podrá detraer para fondo de reserva voluntaria el porcentaje que determine la Junta General. Título V.º - DISOLUCIÓN Y LIQUIDACIÓN Artículo 25.º - La sociedad se disolverá por causas legalmente previstas. La Junta General designará a los liquidadores, siempre en número impar. En defecto de tal designación quienes fueren administradores al tiempo de la disolución quedarán convertidos en liquidadores. La sociedad disuelta conservará su personalidad jurídica mientras y durante se realiza. Durante ese tiempo deberá atadir a su

NOTAS MARGINALES

N.º DE Orden Inscrip.

1

denominación la expresión "en liquidación". Con la apertura del periodo de liquidación cesarán en su cargo los administradores. Artículo 26.º.- La cuota de liquidación que corresponde a cada socio será proporcional a su participación en el capital social. Los liquidadores no podrán satisfacer la cuota de liquidación sin la previa satisfacción a los acreedores de sus créditos o sin consignarlos en una entidad de crédito del término municipal del domicilio social. DISPOSICIÓN FINAL. A salvo los supuestos en que el procedimiento judicial resulta imperativo, cualquier discrepancia que pudiera surgir entre los socios o entre éstos y la sociedad acerca de la interpretación y aplicación que pudiera Estatutos, será resuelta por arbitraje de equidad, en los términos y con aplicación de la Ley 60/2003, de 23 de diciembre. CONCURRIERON AL OTORGAMIENTO: Don Diego Vinal Menéndez-Ponsa, mayor de edad, con domicilio a estos efectos en Madrid, y YIF n.º

Interviene en nombre y representación, como apoderado, de don Pedro Vargas Santos David, mayor de edad, de nacionalidad portuguesa, vecino de Lisboa -Portugal-, con paseaporte de su nacionalidad vigente, y poder otorgado ante el notario autorizante de la escritura que motiva este asiento el día 7 de julio de 2.015, número 1.257 de orden de protocolo, del que se exhibe copia autorizada y a su juicio tiene facultades suficientes para el otorgamiento de constitución de sociedad, así como para todo lo contenido en la misma incluida la aprobación de los estatutos y para aceptar cargo. El capital social, según resulta de los estatutos sociales, es de mil euros y esta totalmente suscrito y desembolsado, mediante el ingreso de dicho dinero en la caja de la sociedad, en la forma siguiente: Don Pedro Vargas Santos David, suscribe la totalidad de las participaciones sociales, es decir cien participaciones, números 1 al 100, ambas inclusive de diez euros cada una de ellas. Dicha suscripción realizada por el accionista único constituye una inversión extranjera en España: incorporándose ejemplar del modelo D-1 de declaración de inversión extranjera en sociedades o cotizadas.- El fundador, según interviene en Junta General Universal de Socios, decide: A).- Determinar que la Sociedad que se soré inicialmente administrada por un administrador único, B).- Nombrar administrador único de la entidad, por tiempo indefinido, al propio don Pedro Vargas Santos David, quien a través de su apoderado, acepta el cargo; manifestando no hallarse incurso en prohibición o incompatibilidad legal alguna. C).- Quedan conferidas a dicho Administrador Único, todas y cada una de las facultades que la Ley y los Estatutos Sociales le atribuyen; salvo las expresamente reservadas por Ley o por dichos Estatutos a la Junta General. Se faculta al Organismo de Administración de la Sociedad para ejercer sus facultades en la fase anterior a la inscripción de la Sociedad Queda prohibido ocupar cargos en la Sociedad a las personas declaradas incompatibles en la vigente legislación.- No figura registrada la denominación social de esta compañía según certificación del Registro Mercantil Central expedida el 8 de julio de 2015 con el número 100494/2015, que se inserta. EN SU VIRTUD INSCRIBO LA CONSTITUCION DE LA SOCIEDAD 'ALPAC UNICORN INVERSIONES LTVE SL', SOCIEDAD EN FORMACION SUCESIVA, LA ADJUDICACION DE PARTICIPACIONES, ASI COMO EL NOMBRAMIENTO DE ADMINISTRADOR UNICO Y LA ACEPTACION DEL CARGO. Haciendo constar la NO inclusión de las personas nombradas inscritas por este asiento, en el Registro de Resoluciones Concursales, conforme a lo dispuesto en el artículo 61 bis del Reglamento del Registro Mercantil. Conforme a la solicitud de inscripción parcial contenida en la escritura, no se han inscrito en el apartado c) del artículo 16.º de los estatutos las palabras "o más", porque, en caso de más de dos administradores mancomunados es necesario determinar en los estatutos el número máximo posible [art. 23 e del texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital], así como la forma de actuación, pues la indicación de que actuarán "conjuntamente" no es suficiente, ya que tal expresión puede indicar, de acuerdo con la Ley, la posible actuación de al menos dos de ellos como mínimo o que deben actuar necesariamente todos conjuntamente, por lo que debe concretarse este punto en los estatutos, no pudiendo dejarse al arbitrio de la junta general, conforme a lo previsto en el artículo 233.2 c del Texto Refundido de la Ley de Sociedades de Capital y doctrina de la resolución, entre otras, de la Dirección General de los Registros y del Notariado de 20 de junio de 2000. Tampoco se ha inscrito el párrafo tercero del apartado a) del artículo 20.º, porque, al atribuir exclusivamente al presidente del consejo la convocatoria de sus reuniones, no respeta el artículo 246.2 del Texto Refundido de la Ley de Sociedades de Capital al no dejar a salvo la posibilidad prevista en el mismo de convocatoria de la reunión del consejo por un tercio de sus miembros en la forma que se indica (en tal sentido, la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado de 11 de julio de 2012. ASI RESULTA de copia de la escritura autorizada por el Notario de Madrid, JUAN LOPEZ DURAN, el día 20 de

CAMBIO DE DENOMINACION

Remitidos al R.W.C. los datos reglamentarios dentro del plazo previsto en el artículo 304 RRM

1 Julio de 2015, con el número 1333/2015 de su protocolo. Presentada en este Registro el día seis de agosto de dos mil quince, con el número 1/2015/101760, según Asiento de Presentación 66 del Diario 54 de constituciones, en soporte papel. Madrid a veintiseis de agosto de dos mil quince
CONFRONTADO este asiento antes de su firma se observa que en la línea 35 del anverso de este folio 13, después de la palabra: "SUCESIVA" se ha omitido lo siguiente: "CON EL CARACTER DE UNIPERSONAL". Madrid, fecha de dicha inscripción.

2
ALPAC CAPITAL ESPAÑA ETVZ S.L. - Antes ALPAC UNICORN INVERSIONES ETVZ S.L. - DOÑA MARIA DE LAS NIEVES GONZÁLEZ VALLÉS soltera, mayor de edad, abogada, con DNI número 4871765 -R, y domicilio a estos efectos Hoja, como APODERADA de la misma, debidamente facultada en virtud de poder especial otorgado por el representante legal de la misma, DON PEDRO VARGAS SANTOS DAVID, poder otorgado en Portugal ante el notario Carlos Manuel Da Silva Almeida el día quince de octubre de dos mil quince. El Notario autorizante, ha tenido a la vista copia autorizada de dicho documento, el cual figura con la apostilla de la Haya con fecha veintinueve de octubre de dos mil quince, de la que a su juicio y bajo su responsabilidad la compareciente tiene facultades suficientes para este otorgamiento, puesto que está especialmente facultada para la adopción de acuerdos sociales, y dando cumplimiento a las decisiones adoptadas por el SOCIO ÚNICO de esta Sociedad, el 16 DE NOVIEMBRE DE 2015, según certificación inserta, expedida por la señora otorgante en nombre y representación del Socio y Administrador Único de la Sociedad, cuya firma legitima el Notario autorizante, y de la que resulta la aprobación del acta ha otorgado la escritura por la que eleva a público las siguientes decisiones: PRIMERO.- Se acuerda cambiar la denominación de la sociedad, que pasa de denominarse ALPAC UNICORN INVERSIONES ETVZ S.L., a ALPAC CAPITAL ESPAÑA ETVZ S.L. En consecuencia se modifica el artículo segundo de los estatutos sociales que pasa a quedar redactado en los siguientes términos: "Artículo 2º. La sociedad girará bajo la denominación de ALPAC CAPITAL ESPAÑA ETVZ S.L." No figura registrada la denominación social de esta compañía según certificación del Registro Mercantil Central número 151686/2015 que se inserta. Mediante diligencia extendida el 28 de diciembre de 2015 por el Notario autorizante de la escritura que motiva este asiento, se subsana la indicada escritura incorporando certificación de las decisiones adoptadas por el Socio Único expedida el 16 de noviembre de 2015 por Dª María de las Nieves González Vallés cuyo firma legitima dicho Notario autorizante, habiendo quedado debidamente consignado en su lugar correspondiente. No consta identificado el titular real. Ley 10/2010. EN SU VIRTUD INSCRIBO el expresado acuerdo de CAMBIO DE DENOMINACION. ASI RESULTA de copia de la escritura autorizada por el Notario de Madrid, FERNANDO FERRÉS ALCALA DEL OLMO, el día 17 de noviembre de 2015, con el número 3230/2015 de su protocolo. Presentada copia en este Registro con el número 1/2015/146666 el día veintiseis de noviembre de dos mil quince en soporte papel, retirada el día quince de diciembre de dos mil quince en soporte papel. Asiento de Presentación 901, del Diario 2619. Madrid a doce de enero de dos mil dieciséis.

Exmo(a). Senhor(a)
Mandatário(a) da Newsplex, Lda.
TagusPark, Núcleo Central, Sala 371
2740-122 Porto Salvo

E-mail: foe-110991@adv.oa.pt

Lisboa, 10 de maio de 2024

Of.º N.º SAI-ERC/2024/3438
(Correio registado com AR + CC E-mail)
V.º Ref.º

N.º Ref.º
500.10.10/2024/9
EDOC/2024/3208

Assunto: Obrigações Legais da Transparência – Esclarecimentos sobre documentação remetida em 22 de abril e 7 de maio

Exmo(a). Senhor(a),

Na sequência dos documentos recebidos pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), dirigidos à Unidade da Transparência dos Media (UTM) e analisados pela mesma, surgiram várias questões, que se elencam:

1. Relativamente à empresa proprietária da Newsplex inserida na Plataforma da Transparência sob designação “Sunny Meridian – Unipessoal Lda”, constata-se através da Certidão Permanente remetida à ERC em 22 de abril, que a sua designação correta é “Sunny Media – Unipessoal Lda”. A documentação sugere que, em 2023, existiu uma alteração de designação e de objeto social. Também o organograma integrante do pacote de informação refere “Sunny Media” e não “Sunny Meridian”.
2. De acordo com a Certidão Permanente da “Sunny Media”, o proprietário desta empresa é a “Alpac Capital ETVE SL”. No entanto, o proprietário indicado na Plataforma da Transparência é a “Alpac Capital España ETVE S.L.”.
3. Adicionalmente, relativamente à empresa inserida na Plataforma da Transparência cuja designação é “Alpac Capital España ETVE S.L.” designação essa que foi confirmada pela Newsplex no seu ofício de 7 de maio, também



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

subsistem dúvidas, designadamente se a “Alpac Capital ETVE SL” (referida na Certidão Permanente da Sunny Media) e a “Alpac Capital España ETVE SL” (constante da Plataforma da Transparência) são a mesma empresa.

4. Quando se revê a documentação espanhola integrante do pacote de informação de 22 de abril, a única empresa espanhola mencionada é a “Alpac Unicorn Inversiones ETVE, SL”. No entanto, e tal como referido, a Certidão Permanente da Sunny Media, refere como seu proprietário a “Alpac Capital ETVE SL”, pelo que, voltam a surgir dúvidas acerca de qual a designação correta para a empresa.
5. Na documentação recebida a 7 de maio, onde a Newsplex confirma a designação social da proprietária “Alpac Capital España ETVE S.L.” pode ler-se um documento de “Certificación de Hoja Registral” que na primeira página se refere à “Alpac Capital España ETVE S.L.”. No entanto, nas páginas seguintes os registos são da “Alpac Unicorn Inversiones ETVE S.L.”, que aparentam ser estatutos da sociedade.

Nestes termos, fica V. Exa. notificado (a) para, no prazo de 10 dias úteis a seguir a esta notificação, prestar os esclarecimentos devidos e, se necessário, tomar as medidas corretivas adequadas à informação prestada pela entidade que representa na Plataforma Digital da Transparência (em <https://transparencia.erc.pt>).

Os serviços da ERC estão disponíveis através do endereço de correio eletrónico info.transparencia@erc.pt.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Teresa Esteves

Coordenadora da Unidade da Transparência dos Media

(Por delegação de competências conforme Deliberação n.º 1192/2023 do Conselho Regulador de 9 de novembro de 2023, publicada no Diário da República n.º 232/2023, Série II de 2023-11-30)